



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL		
EVENTO: Seminário	Nº: 1.663/12	DATA: 28/11/2012
INÍCIO: 14h43min	TÉRMINO: 18h50min	DURAÇÃO: 04h07min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h06min	PÁGINAS: 77	QUARTOS: 50

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
<p>SAMI YOUSSEF HASSUANI - Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança — ABIMDE.</p> <p>WILLIAN DE SOUSA MOREIRA - Professor da Escola de Guerra Naval.</p> <p>JAIRO CÂNDIDO - Diretor do Departamento de Defesa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP.</p> <p>RICARDO MACHADO VIEIRA - Tenente-Brigadeiro do Ar e Chefe de Preparo e Emprego do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.</p> <p>ANTONIO FERNANDO GARCEZ FARIA - Contra-Almirante, representante do Comandante da Marinha do Brasil.</p> <p>LUIZ FELIPE LINHARES GOMES - General de Brigada e Chefe do Escritório de Projetos do Exército Brasileiro, representante do Comandante do Exército Brasileiro.</p> <p>OSMAR LOOTENS MACHADO - Brigadeiro do Ar e Chefe da Sexta Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica, representante do Comandante da Força Aérea Brasileira.</p>

<p>SUMÁRIO: Seminário <i>Estratégias de Defesa Nacional</i>.</p> <p>Painel 1: <i>Desafios para o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa</i>.</p> <p>Painel 2: <i>Os grandes projetos estratégicos das Forças Armadas</i>.</p>
--

OBSERVAÇÕES
<p>Não foi elaborado o roteiro da reunião.</p> <p>Houve exibição de imagens.</p> <p>Há palavra ininteligível.</p> <p>Durante o seminário, foi prestada homenagem à Contra-Almirante Médica Dalva Maria Carvalho Mendes, que se pronunciou.</p> <p>Fez uso da palavra, durante o seminário, o Sr. Walter Bartels, representante da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil — AIAB.</p>



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Senhoras e senhores, boa tarde.

Damos início à 4ª Mesa de debates do Seminário *Estratégias de Defesa Nacional*.

Ontem teve início aqui, às 14h30min, um seminário vitorioso, cuja abertura contou com a presença de mais de 600 pessoas. Contamos com a presença de dois Ministros importantes que discutem sobre essa área. Houve uma saudação inclusive do Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos e ainda a conferência do Ministro da Defesa, Celso Amorim. Estiveram aqui também ontem, na abertura, três Comandantes das Forças Nacionais.

Gostaria de chamar para coordenar os trabalhos desta Mesa o Deputado Carlos Zarattini, Coordenador da Frente Parlamentar da Defesa Nacional. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar a nossa Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Comporão a Mesa os seguintes palestrantes: Sr. Sami Youssef Hassuani, Presidente da ABIMDE, a Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança (*palmas*); Prof. William de Sousa Moreira, professor da Escola de Guerra Naval (*palmas*); Sr. Jairo Cândido, Diretor do Departamento de Defesa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. (*Palmas.*)

Este nosso painel vai tratar do tema *Desafios para o Desenvolvimento da Base Industrial de Defesa*, que é, evidentemente, um tema importantíssimo para que possamos discutir como vai ser a articulação dessa base industrial de defesa.

Eu acho que nós estamos num momento muito importante em que a indústria de defesa vem crescendo e com perspectivas de crescimento ainda maior devido aos projetos da Estratégia Nacional de Defesa. Houve um avanço muito grande nesses últimos anos, proliferou um número muito grande de empresas, houve fusões e momentos em que empresas se rearticularam na produção. E nós estamos assistindo hoje a uma pluralidade de iniciativas. Parece-nos também, Deputada Perpétua, que nós devemos discutir a questão de focar determinadas ações que muitas vezes acabam se dispersando.



Apesar de termos todo esse horizonte animador pela frente, é evidente que nós vivemos um momento de recursos limitados, em função de termos hoje uma crise econômica mundial que atinge principalmente a Europa, os Estados Unidos. Mas é uma crise que acaba nos atingindo também à medida que reduz as nossas exportações, que reduz as nossas receitas, o que nos faz viver num ambiente permanentemente de constrangimento, até que se supere esse momento.

Então, nós temos também — e é evidente isso — que nos concentrar nos projetos, nos concentrar nos esforços, para que, evidentemente, essas iniciativas, esses principais projetos a que o Governo deu início, eles possam ter continuidade. A Deputada Perpétua ontem, na sua fala aqui, nos colocou muito bem a necessidade de continuidade orçamentária, a necessidade de os programas não terem interrupção.

Eu acho inclusive que nós devemos debater, no ano que vem, a possibilidade de muitos desses projetos constarem como projetos do PAC, do Plano de Aceleração do Crescimento, que são projetos para os quais não existe restrição orçamentária; quer dizer, para os quais não existe qualquer possibilidade de suspensão daquilo que está projetado no fluxo de caixa dos projetos. Então, parece-me que essa seria uma solução importante, uma solução possível.

Temos que discutir também as fontes de financiamento. Nós batalhamos na questão dos *royalties* para que houvesse a garantia de que uma parcela da arrecadação dos *royalties* viesse para a defesa. Infelizmente, o nosso projeto não prosperou por nove votos, mas o debate vai continuar e nós vamos insistir nessa questão, para que possamos ter efetivamente uma fonte de financiamento que é fundamental.

Parece-me também que nós devemos, como eu disse inicialmente, constituir esse foco, constituir essa concentração, selecionar aqueles projetos que de fato têm ampla repercussão não só para o projeto de defesa, mas também para a sociedade, projetos para os quais possamos externalizar os seus benefícios para toda a sociedade brasileira. Então, essa me parece uma questão fundamental.

Vamos dar início ao nosso debate e passar a palavra, inicialmente, ao Sr. Sami, que é o Presidente da ABIMDE, Associação de Indústria de Defesa. Com a palavra o Sr. Sami.



O SR. SAMI YOUSSEF HASSUANI - A ABIMDE agradece à Deputada Perpétua. Agradeço ao Deputado Zarattini. Cumprimento também os colegas da Mesa e todos os presentes.

Para aqueles que não me conhecem, meu nome é Sami e eu represento a Associação Brasileira das Indústrias de Defesa e Segurança do Brasil. Eu pensei muito na apresentação que nós faríamos. É um tema extremamente complexo e que nós precisaríamos talvez de semanas ou meses para cobri-lo. Eu optei — pensei muito — por uma apresentação que até apelidei de “apresentação minissaia”, bem curta, enxuta e composta de 11 lâminas. A primeira é apenas o título do seminário. A última, o nosso endereço como associação. Portanto, a palestra terá apenas nove lâminas. E optei por tentar não apresentar aos senhores e a esta Casa os problemas do setor. Eu diria que, se abordasse os problemas do setor, ficaria aqui numa lamentação quase sem fim.

Eu vou dar só um exemplo, não estou me lamentando, é só um exemplo. O ciclo do produto de defesa é às vezes de 18 meses. Então, nós compramos matéria-prima e não a vendemos na semana seguinte, produzimos durante 18 meses. Só que durante 18 meses estamos financiando o produto, e pagamos INSS na folha. Então, nós tomamos dinheiro emprestado e pagamos INSS na folha porque eu só vou receber o dinheiro depois de 18 meses. Está tudo bem, existem os adiantamentos.

Eu digo que esse é um problema, mas eu acho que os problemas podem ser resolvidos. Eu creio que nós temos um problema comum que é o entendimento da sociedade sobre a necessidade de defesa. Então, eu vou tentar abordar esse tema porque eu acho que o local, a Casa, é muito apropriado para mostrarmos, enquanto indústria, onde podemos ajudar. A minha tentativa é não apresentar nenhum problema porque, como eu disse, são centenas, mas mostrar onde podemos nos somar no esforço de resolver junto esse problema que é de todos nós brasileiros.

(Segue-se exibição de imagens.)

Inicialmente, a ABIMDE — este *slide* é só para nos situarmos — é composta de cerca de 180 empresas. Ela é bem dinâmica: enquanto algumas saem, nós temos até muito mais adesão do que desistências. Mas nós somos cerca de 180 associadas, gerando 40 mil empregos. Esse é um dado importante porque nós, que somos engenheiros, gostamos muito de tabela, de número e de gráfico, mas eu



acho que nós temos que olhar o lado social do número, o lado que esta Casa olha. Quando eu vejo 40 mil empregos diretos e 160 mil empregos indiretos, o que constatamos nesta lâmina? Para cada emprego que se gera na indústria de alta tecnologia, nós geramos mais quatro empregos indiretos, todos de alto nível. Então, é uma indústria que emprega. Hoje, nós temos vendas da ordem de 3,7 bilhões. Não importa bem a data, isso pode ter um pequeno ajuste porque estamos no ano de 2012, mas é uma ordem de grandeza. Então, é uma indústria que tem o potencial de faturamento muito grande de pagar impostos.

O gráfico de *pizza* que está aí também, embora pareça muito acadêmico, nos mostra algo muito interessante — deixa-me ver se há um *laser pointer* aqui. Espero que eu não aperte nenhum botão errado —: ele tem uma anomalia: as empresas representam 57% do total de associados e as grandes empresas representam 20%. E a classe média? Esse setor não tem classe média? Não conheço sociedade, indústria que não tenha classe média. É ela que sustenta a economia, vamos dizer assim. Então, onde é que está o nosso problema? É só uma estatística. Como os orçamentos não são constantes, temos época de bonança e épocas muito longas de crises. Nas épocas longas de crise, as pequenas empresas não têm custo grande, elas se fecham e podem depois ligar a luz. É um escritório, com quatro pessoas, quatro engenheiros. Eles ficam em casa, e, quando há demanda, ele opera. As grandes empresas se endividam, tomam financiamentos, ficam com balanços horrorosos, mas elas não quebram. E a classe média vai à falência.

Esse é um quadro diagnóstico que nós precisamos dos programas de mais longa maturidade, mais constantes, para criar a riqueza nas indústrias de porte médio, porque o gráfico de *pizza* aqui está muito interessante, é grande em baixo da pirâmide e grande em cima. A pirâmide não tem meio. Isso, então, é um defeito, a gente não ter demanda constante. Mas é uma estatística.

Bom, aqui há um monte de símbolos dos nossos associados, e vamos ver que há muita empresa genuinamente nacional — não gostam que digamos genuinamente nacional, porque qualquer empresa no Brasil é brasileira. Então, eu vou dizer assim: nós temos empresas de capital nacional, empresas de capital estrangeiro, de capital misto, e a associação é feita por todos. Eu acho que é um esforço de todos, que não temos nenhuma restrição porque é um trabalho em conjunto. São empresas de alta especialização tecnológica, 20% dessas empresas



— 15 delas — exportam com regularidade, gerando 1,7 bilhão de dólares em exportação, com número de empregos crescente.

Nessas lâminas iniciais que eu coloquei e, como eu disse, são apenas nove — aqui já foram três —, eu queria abordar sobre onde nós podemos auxiliar no esforço nacional em busca da defesa, com o que o empresariado pode colaborar em vez de reclamar.

Então, o que nós fizemos? Um pequeno modelo de o porquê de termos uma indústria de defesa. Existem algumas coisas que não são fáceis de explicar. Por exemplo, nós somos aqui um grupo seletivo que pensa muito igual, o que é muito bom. Nós já temos um consenso. Precisa de defesa, defesa é importante, precisa de ter programa, mas os programas não acontecem. Na hora das votações o Parlamento tem dificuldade, a Câmara e o Senado têm dificuldade de mostrar que isso é bom. Ninguém tem dúvida de que é importante, que é um problema geopolítico, um problema entre nações, um problema de segurança, que é bom para o cidadão, mas é difícil de explicar.

Eu especificamente estou pensando de que maneira que eu olharia com simplicidade de defesa. Eu completo, neste ano, 30 anos na indústria de defesa, então, vou citar o meu primeiro emprego. Eu sempre fui funcionário da AVIBRAS Aeroespacial desde o dia em que eu me formei, e até hoje eu tenho dúvidas de como funciona, de como mostrar que é interessante ter defesa. Eu me lembrei, hoje de manhã, de uma pergunta que o meu filho mais novo fez há um tempo. Eu vou pedir desculpas para fazer uma analogia, porque eu acho que o tema é hipercomplexo, defesa é um tema hipercomplexo, precisamos buscar uma simplificação. Na época, ele tinha 6 anos, falou assim: “*Pai, quem é o pai de Jesus?*” E eu fiquei durante duas horas — eu sou católico — tentando explicar quem era o pai de Jesus, uma coisa hipercomplexa, hiperimportante. Ninguém — os que acreditam naquela religião — tem dúvida. Tentei, tentei, mas eu não consegui explicar. E aí o meu filho, que estava fazendo catequese, disse: “*O pai de Jesus é José*”. Tão simples quanto isso.

Então, faço essa analogia porque a importância da defesa eu coloquei nessa lâmina. Eu acho que a verdade é a primeira fase. A indústria de defesa tem uma função primordial, porque ela é parte integrante e crítica do esforço de mobilização nacional, em caso de ameaça à sociedade. Se houver uma ameaça à sociedade,



linha de frente. Graças a Deus, temos as Forças Armadas. Elas estarão na linha de frente, mas tem que ter linha de suprimento, tem que ter uma indústria, tem que ter tecnologia. Isso vai até o nível de quem planta. E a indústria de defesa está no elo, no começo da cadeia, logo após as Forças Armadas. Sem ela, a cadeia não fecha. Então, ela deve existir por esse motivo inicial. Mas esse motivo inicial é tão complexo — vimos hoje nas brilhantes palestras — quanto explicar para o meu filho quem é o pai de Jesus.

Aqui nas linhas abaixo eu fui olhar a nossa história, enquanto AVIBRAS, enquanto ABIMDE, olhando a história de defesa no Brasil, e os grandes motivadores, às vezes, são os ganhos paralelos que justificam o principal, porque o principal é difícil de explicar. Então, como é que explicamos talvez de uma maneira muito mais fácil? A indústria de defesa é a alavanca de desenvolvimento tecnológico. O que ela gera? Empregos, produtividade e alto valor agregado.

Eu vejo as palestras do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e de outros Ministérios que dizem: se o Brasil não melhorar a competitividade, o Brasil vai quebrar. Poxa, usem a nossa indústria como alavanca. Isso é uma tese muito simples. Nós podemos ser uma alavanca para o ganho de produtividade, para geramos empregos, para que empreguemos. Óbvio que eu preciso provar que isso é verdade. E também é uma indústria que exporta material de altíssimo valor agregado.

Eu ouvi algumas palestras até do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em que a preocupação do Brasil é relativa à exportação de *commodities*. Se o preço das *commodities* baixar muito, vamos ter um problema em toda a Nação. Vamos perder emprego, competitividade, nós vamos ter pobreza. E a indústria de defesa é uma alavanca para o Governo poder exportar material de altíssimo valor agregado e equilibrar a balança de uma maneira muito rápida.

Então, nós conseguimos indiretamente ajudar em criação de empregos, produtividade, competitividade, balança comercial. Agora, isso tudo precisamos provar.

Eu acho que em relação ao primeiro de cima, que é parte integrante do esforço de mobilização, eu não preciso falar nada, porque as palestras cobriram isso de cabo a rabo. Eu acho que há um entendimento comum de todos.



Então, eu vou tentar demonstrar que o item 2 e o item 3 são verdadeiros, que não é apenas uma ilação, mas é um fato. Primeira coisa, a indústria de defesa só pode ser contratada para o fim maior. O que é o fim maior? Os programas que podem ameaçar o Brasil.

Esses números podem não ser exatos, mas sabemos que o Ministério da Defesa, o Comando do Exército, da Marinha e da Aeronáutica têm seus planos estratégicos, a Nação tem um plano e há a expectativa da ordem de 360 bilhões de necessidades para a proteção da sociedade.

Hoje, o que se gasta são cerca de 7 bilhões a 8 bilhões por ano, e nós precisaríamos de 18 bilhões. Então, há uma demanda. Não é chamar a indústria de defesa simplesmente para empregar ou para dizer que vai exportar, mas é para atender o item maior, que são as defesas às possíveis ameaças.

Então, existe mercado e a indústria poderia ajudar a atender esse mercado.

E na geração de empregos? A ABIMDE, a nossa associação, considera que nós temos condição de, em 7 anos, dobrarmos os postos de trabalhos diretos, se é que se os programas em questão forem implementados e o orçamento existir com regularidade.

Então, nós temos o compromisso de empregar e nós podemos também empregar, para cada emprego direto, quatro indiretos, de altíssimo nível. O Brasil pode, até o fim de 2030, estar dentro das grandes potências mundiais em tecnologia e defesa, porém empregando.

Os números são interessantes, hiperconservativos. Nós temos hoje 200 mil empregos, e nós podemos saltar para cerca de 400 mil — 80 mil mais 320 mil — empregos de altíssimo nível no Brasil, empregando e gerando retorno para a sociedade.

Do ponto de vista da exportação, existe um quadrinho muito famoso. Esse quadrinho já foi bolado, acho, há 10 anos, já saiu em jornal, mas é interessante olhá-lo com os olhos da sociedade, não com olhos de engenheiro, que é o valor agregado que á nos produtos. Então, há minério, há o agronegócio, a parte em metal, a indústria de base, a indústria automotiva, a aviação normal, a aviação militar, mísseis, foguetes, satélites.

Essa é uma curva crescente de valor agregado, e a indústria de defesa pega muito fortemente a parte superior. Isso em números — a maioria conhece esta



tabelinha, mas eu vou olhá-la um pouco diferente hoje —, quando a gente exporta minério, exportamos a 2 centavos de dólares o quilo; quando a gente exporta o satélite, o quilo são 50 mil dólares. Mas trata-se de números, de tabelas de engenheiro.

Então, de que maneira eu olharia isso, do ponto de vista do Congresso? Olharia da seguinte forma. No momento em que a gente precisa atuar nessa parte mais baixa da tabela, que é fazer defesa, mísseis, aviões militares e lançadores de satélites, o valor tecnológico agregado é tão alto, que eu olho aqui e vejo que precisamos de mais um IME, um Instituto Militar de Engenharia; precisamos de mais um ITA; precisamos de mais uma politécnica, de mais uma UnB.

Eu acho que esse é o grande motivador para puxar o elo final da educação. Temos que ter educação de base, nós temos que ter tudo. Mas a indústria de defesa pode, atendendo à Nação, empregar, gerar produto de valor agregado para exportação e exigir que o lado acadêmico forme muito mais pessoas todos os anos.

Trata-se de uma maneira diferente. Eu olho aqui e vejo que, se o ITA não sair de 120 alunos por ano para 300, nós vamos ter que importar engenheiros. Que problema bom de resolver! Eu queria que esse problema existisse todo dia. O problema é não haver programa: quando não há programa, não há problema nenhum para ser resolvido. Mas esse é um problema fácil. O País investe, é uma máquina, eu digo, um círculo virtuoso.

Em termos de exportação, hoje, no que diz respeito à balança comercial — são números aproximados —, a ABID responde por 3,7 bilhões de faturamento. Hoje a gente exporta menos de 2 bilhões de dólares por ano. Esse número pode crescer dramaticamente. Portanto, se for preciso que a nossa balança comercial saia de 2 bilhões de dólares por ano para 8 bilhões, a ABID consegue assumir esse compromisso, e o setor industrial responde.

É uma maneira de devolver riqueza e de equilibrar a balança comercial, que são problemas do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que a Defesa, com o apoio desta Casa, pode ajudar a resolver aqui no Brasil.

Aqui temos uma estatística na VIBRASA, a EMBRAER também tem essa estatística. Nos últimos anos, para cada real que as Forças Armadas ou o Congresso nos deu para desenvolvimento, nós retornamos 10 vezes mais em



exportação. Então, 1 bilhão de reais no investimento de um novo produto resulta em 10 bilhões de reais em produtos a ser exportados. O desenvolvimento gera fator de 1 para 10. É uma estatística da EMBRAER muito próxima à nossa, estatística que nos dá um parâmetro para dizer com segurança que, investindo-se, haverá retorno para a Nação, e vamos ganhar os empregos, vamos ganhar a balança comercial e vamos puxar a ponta de elo da tecnologia nas universidades e centros acadêmicos.

Finalmente, eu faria um resumo. O investimento do Brasil nos programas de defesa junto à sua indústria de defesa poderia atender, simultaneamente, a três ou quatro fatores. O primeiro grande fator: a necessidade real das Forças e a consequente redução das ameaças à sociedade brasileira. Esse é o mais difícil de explicar. Eu queria ver alguém subir num palanque para explicar esse primeiro *bullet* — é um *bullet* hipercomplexo. Ele é o mais importante. Mas nós temos outros dois de grande apelo: empregar, dar competitividade e produtividade à indústria e gerar balança comercial e ser o elo da parte de formação de ciência e tecnologia — tudo concomitantemente, tendo os programas regulares, desde que a Casa possa nos ajudar a ter os programas de outras coisas.

Como eu disse, este é o meu último eslaide, com o nosso endereço em São Paulo. Depois, durante o painel, se houver alguma pergunta específica, eu terei o prazer em responder. Agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - Muito obrigado. Um pouquinho menos que os 20 minutos.

Passo a palavra ao Prof. William de Sousa Moreira, da Escola de Guerra Naval.

O SR. WILLIAM DE SOUSA MOREIRA - Exma. Sra. Deputada Federal Perpétua Almeida, Exmo. Sr. Deputado Federal Carlos Zarattini, que coordena a nossa Mesa, distintos integrantes da Mesa, excelentíssimas autoridades presentes, senhoras e senhores, gostaria inicialmente de agradecer o convite formulado ao Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense e ao Centro de Estudos Políticos e Estratégicos da Escola de Guerra Naval, que nos dá a oportunidade de estar aqui hoje para tratar de um tema que, por certo, representa um dos desafios para a indústria de defesa, que é justamente o cerceamento tecnológico.



Eu participo de um grupo de pesquisa que se vem dedicando a isso já há algum tempo. Gostaria de destacar que é uma pesquisa continuada, que prossegue em andamento. Os conceitos aqui formulados e emitidos, numa perspectiva essencialmente acadêmica, são de minha exclusiva responsabilidade, não representando, necessariamente, o pensamento das instituições que eu citei.

Vamos seguir em 20 minutos um breve roteiro, apenas para orientar o encadeamento do assunto.

Na busca por compreender este fenômeno do cerceamento tecnológico em maior profundidade, qualificar melhor o nosso debate e formular mais precisamente os nossos conceitos, nós recorreremos a esta perspectiva histórica e normativa. Posteriormente, nós vamos examinar algumas das manifestações que conseguimos identificar, coletar e propor uma tipologia para, ao final, comentar sobre algumas alternativas e algumas considerações finais.

Sempre é bom, numa pesquisa no âmbito da ciência política e dos estudos estratégicos, começar fixando os conceitos-chave. Nas ciências humanas, as palavras às vezes são como sanfonas: tendem a se contrair ou a se estender em função do contexto e dos interesses dos usuários. Quando nós falamos em cerceamento tecnológico, nós estamos nos referindo a um conjunto de políticas, normas e práticas empreendidas normalmente por países detentores de alta tecnologia, tecnologia de que necessitamos, no sentido de alguma forma restringir, bloquear, negar o acesso, o uso ou a posse de determinados bens sensíveis e serviços diretamente vinculados — vamos explicar esse conceito — em quem? Parte de terceiros interessados, normalmente outros países, empresas e instituições.

Aqui cabe um destaque para o conceito de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados. Nós podemos entendê-los como os produtos que são de interesse ou de muito interesse para o emprego no uso da força. Os bens sensíveis são os de aplicação dual, bens de uso duplo, desde que relevantes para a aplicação bélica, e os bens das áreas tradicionais que dão origem às armas de destruição em massa: nuclear, química e biológica.

A maioria das manifestações de cerceamento tecnológico, como nós pudemos verificar, poderiam ser sintetizadas nesse modelo aí. Em geral, uma empresa “x” de um país em desenvolvimento que é dependente tecnologicamente do exterior e que necessita de um produto para um de seus programas estratégicos



de desenvolvimento faz o pedido de aquisição a uma empresa de um país desenvolvido, detentor de tecnologia, normalmente líder de mercado, situado nos cumes tecnológicos do planeta. E a resposta vem às vezes da empresa, às vezes por uma intervenção governamental desse país a que está sendo feita a solicitação, em geral sustentada em alguma base normativa com diversas justificativas, como a não proliferação de armas de destruição em massa, mas que veladamente tem aspectos econômicos e aspectos de política externa embutidos.

Eu peço desculpas aos senhores, mas há aqui uma diferença de configuração que está fazendo com que alguns caracteres pulem para a linha seguinte.

Na perspectiva que chamo de histórico-normativa, na verdade histórico-filosófico-normativa, nós vamos buscar, na nossa trajetória na modernidade, razões que explicam essa postura que leva ao cerceamento tecnológico. E verificamos que já no início da revolução do que se chamou a revolução científica, na virada do século XVI para o século XVII, aqueles pensadores que estavam estabelecendo uma nova ciência, que estavam lançando as bases do que conhecemos como revolução científica lançaram um novo olhar em relação ao conhecimento e à ciência, rompendo com a tradição herdada do período medieval e da antiguidade.

A ciência, na visão deles, passou a ser mais objetiva, o entendimento das relações do homem com a natureza passou a se direcionar para o benefício do próprio homem, na tentativa de colocar o homem como o elemento central do universo, e não como em períodos anteriores em que a religião estava à frente de todos esses processos de explicação.

Então, por exemplo, Francis Bacon, justamente nessa virada, cunha aquela famosa expressão: *"Knowledge is power"*, "saber é poder", num marcador bem interessante desse processo de valorização do conhecimento e da associação desse conhecimento ao poder, ou seja, a capacidade de usar o conhecimento da natureza em benefício do próprio homem.

Isso se decanta ao longo da modernidade, passa pelo Século das Luzes e é alavancado pelo projeto iluminista. Surge a máxima kantiana do "ouse saber": o homem precisa se libertar e passar a agir em função da razão, desenvolve-se a ideia de progresso em função da razão. E, de certa forma, isso contribui para se desenvolver o pensamento que tende a proteger os conhecimentos produzidos.



Ao mesmo tempo, ao longo desse período, desenvolveram-se os fundamentos de um sistema de um sistema de direito que também tende a premiar os conhecimentos produzidos, particularmente os das atividades inventivas, que nós herdamos como este sistema a que chamamos hoje de propriedade intelectual.

Em síntese, nós protegemos conhecimentos capazes de gerar tecnologias inovadoras e diferencial de competitividade, seja para a economia, seja para o uso da força. E esse modo realista — essa é uma perspectiva essencialmente realista — de entender as relações entre ciência e tecnologia e poder ganha dimensão política e, por essa via, expressão normativa, que eu chamo de conjunto de tratados e leis, um verdadeiro arsenal normativo que vai se formar.

Nós poderíamos dizer, então, que o cerceamento tecnológico é, no fundo, um recurso de proteção de conhecimento sensível, em meio a uma continuada disputa por poder. E é uma disputa de longo prazo, e é uma disputa entre os que têm e os que não têm; os que lograram arrancar na frente no processo de geração de conhecimento e os que almejam alcançar o mesmo patamar tecnológico ou, pelo menos, reduzir o diferencial existente.

Nessa trajetória, há um marcador muito importante que transforma essa questão e leva esse debate a outra dimensão, essas duas palavras prosaicas: o mundo tomou conhecimento do potencial das armas atômicas já com o bombardeio em Hiroshima e Nagasaki, essas foram as duas bombas lançadas. E, de imediato, ocorre certo pânico com relação a esse conhecimento produzido.

Então, há uma corrida imediata, aliás, iniciada pelos próprios cientistas que participaram do Projeto Manhattan, uma corrida no sentido de controlar esse conhecimento, controlar a ciência nuclear, que alguns chamam de o “Fogo dos Deuses”, que teria sido liberado. Imediatamente, há esforços normativos que vão gerar regimes, tratados e lei.

Aqui em baixo, eu marquei esta linha de tempo. Alguns anos que são interessantes de mencionar: em 1945, foi quando isso tudo dá partida nessa nova dimensão; 1989, com o fim da Guerra Fria, nesse período pós-guerra e Guerra Fria, todo esse esforço de tratados e leis está voltado, no lado ocidental, para conter, vamos dizer, o leste, esse conflito leste-oeste. A partir de 1989, esse esforço vai se redirecionar, juntamente com a preocupação com os novos atores e as novas ameaças, o terrorismo nuclear, os atores não estatais, etc.



Em 2001, ocorre, naturalmente, o 11 de Setembro, que alavanca definitivamente essas preocupações com o uso de terrorismo nuclear.

Em 2004, também, houve outro fato importante que alavancou essas preocupações das principais potências com o controle dos bens sensíveis. Foi quando se revelou uma rede de proliferação, que foi formada por um cientista paquistanês. Ele é acusado de transferir conhecimento de tecnologia nuclear para países, vamos dizer, fora do eixo.

Quanto ao arsenal normativo produzido, gostaria de destacar esses tratados e arranjos que estão aí organizados em função da área a que se destinam.

Aparece em verde, e um pouquinho amarelo, os tratados aos quais o Brasil aderiu. Então, temos, na área nuclear, o TNP, o Grupo de Supridores Nucleares. O TNP e a Convenção de Armas Químicas e Biológicas são tratados realizados no âmbito da ONU. O NSG, que é o Grupo de Supridores Nucleares, e o MTCR, que é o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, são arranjos ditos informais. Alguns países tomam a iniciativa e combinam lateralmente uma série de medidas no sentido de reforçar os procedimentos e as políticas de não proliferação.

Esta outra imagem dá a marcha da nossa inserção nesse regime. Já em 1968, o Tratado de Tlatelolco, nós assinamos, os países latino-americanos, combinando a proscrição de armas biológicas, em 1973; o acordo importantíssimo que desenvolvemos em âmbito bilateral com a Argentina, em 1991, o Acordo de Guadalajara, que dá origem à formação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, que vai dar origem ao acordo quadripartite com a Agência Internacional, um passo importante dado no sentido de nós aumentarmos a credibilidade e demonstrarmos seriedade no trato dessa questão, porque isso é um diferencial importante na hora do tratamento dispensado a países como o Brasil.

Aparecem ali em verde os arranjos laterais, os arranjos informais do MTCR e do NSG e esses outros tratados. Destaco aí o TNP, que é considerado a espinha dorsal do regime de não proliferação nuclear. Há ainda as resoluções do Conselho de Segurança, em especial a 1.540, que foi adotada em 2004, chamando a atenção de todos os países para o cumprimento e a adoção de normas internas no sentido de restringir e cuidar dos atores não estatais, principalmente, e ampliar as medidas de controle.



Queria destacar ainda o que eu chamo de tripla garantia de uso pacífico que o Brasil concede a esse regime. Nós aderimos a esse Tratado de Tlatelolco. Aliás, nós estamos na primeira zona livre de armas nucleares — Nuclear Weapon Free Zone —, estabelecida no sistema internacional em função desse tratado. Nós inserimos na Constituição de 1988 esse dispositivo, que é uma garantia extraordinária, podemos dizer. E mais: aderimos ao tratado da não proliferação nuclear, que é a espinha dorsal. Havia uma grande pressão sobre o Brasil nesse sentido e, em 1998, nós aderimos. Lembro os três tripés que até foram citados ontem pelo Ministro da Defesa, destacando que esse é um tratado tremendamente assimétrico, porque as potências valorizam só o primeiro daqueles três itens.

Isso tudo é para dizer o seguinte: que nós somos “bem comportados” no regime. O Brasil não é um país proliferante. A proliferação não tem raízes aqui. Apesar disso, nós sofremos cerceamento tecnológico em determinadas condições.

Queria destacar também que a corrida pela normatização desses procedimentos não para. Já há uma nova geração de iniciativas sendo tomadas pelos países detentores dessas tecnologias, e esse esforço prossegue, criando novos mecanismos. O PSI, por exemplo, é um mecanismo que permite a interdição, a busca e a inspeção em espaços internacionais, na busca por descobrir transportes irregulares desses materiais proibidos.

Tantas normas, tratados e leis têm o seu preço. E o preço vem justamente no comércio de armas. Quanto mais normas e controles, menos facilidades para o comércio de armas. O mercado internacional de armas movimenta bilhões de dólares ao ano e sustenta um complexo industrial militar importantíssimo nos países desenvolvidos e no mundo inteiro.

Essa tensão que há entre os que produzem armamentos e os que tentam controlar se reflete, normalmente, nos congressos, na forma de um dilema — um dilema que as potências têm que enfrentar e que deve ser do nosso conhecimento, pois representa oportunidades: vender ou não vender. O pessoal que está preocupado... Os grupos de pressão que se dedicam ao complexo industrial militar norte-americano, por exemplo, veem as exportações como fontes de renda, de divisas, estão preocupados com a competitividade, porque há outros fornecedores espalhados pelo mundo.



Eles também lembram que há a influência por dependência tecnológica, criada toda vez que há uma venda, e a importância do domínio do mercado, enquanto o pessoal que está preocupado com a segurança tem aqueles argumentos.

Bem, isso é sopesado normalmente no Congresso Nacional e volta sob a forma de leis. O Congresso Nacional, no caso, dos Estados Unidos é responsável pelo controle de armas e transfere, através de leis, poder ao Poder Executivo, ao Presidente, para implementar normas de controle de exportação e de verificação desses bens sensíveis. São os maiores exportadores, naturalmente tem alcance global esse conjunto de leis. Conforme o que eu digo, é um verdadeiro sistema paralelo de controle.

Esse é um sistema efetivo. Aí estão alguns exemplos de punições que são sempre divulgadas, são bem ostensivas, no sentido de intimidar quem tente violar esses atos normativos. As multas são relevantes. Esse é um pequeno exemplo, mas há punições com prisão. Essas são empresas que venderam para alguns países, incluindo o Brasil. Empresas que venderam esses produtos tiveram que enfrentar a Justiça norte-americana por terem violado aqueles...

Bem, vou deixar para a reflexão dos senhores, pois o tempo está curto, a negação de acesso, a negação de posse, a negação de uso. São as formas de manifestação.

No caso da negação de acesso, nem deixam a gente acessar. Não vendem nem respondem ao pedido de cotação, ou mais, embargam. Na negação de posse, eles deixam ter acesso, mas, na primeira oportunidade, eles retiram esse conhecimento ou esse bem, ou absorvendo empresas ou apreendendo, por exemplo, quando se manda fazer uma manutenção no exterior e, na volta, a alfândega lá do outro país retém, ou mesmo usam a força. Um caso clássico é o bombardeio da usina nuclear iraquiana em 1981, onde simplesmente foi neutralizado — todo o conhecimento que havia ali sumiu.

Quanto à negação do uso e exportação, temos casos clássicos de proibição de venda de avião e também a questão da intimidação por pressão política.

Bem, apenas alguns exemplos de produtos que têm sofrido, como temos registrado, casos de cerceamento tecnológico são típicos dos programas nucleares espaciais.



Queria deixar de comentar as alternativas para contornar... Estudando a literatura forânea, ou seja, a literatura estrangeira, o que fizeram os países que tiveram que lidar com isso, os países emergentes, os países que se desenvolveram na segunda metade do século XX, nós percebemos o seguinte: a importância dos programas mobilizadores da importação de cérebros — trazer pessoas com conhecimento já consolidado em determinadas áreas tecnológicas —, os processos de transferência de tecnologia, e há registros bem consistentes do emprego dessas ferramentas do mundo real: espionagem, cópia e engenharia reversa.

Como considerações finais, eu gostaria de deixar aos senhores o seguinte. Bens sensíveis e serviços vinculados, na área nuclear espacial, são fontes de poder. Como tal, são objetos preferenciais do cerceamento. O cerceamento não se dá apenas pela questão da produção e da proliferação nuclear para prevenir a proliferação nuclear, embora esse seja um argumento que dá base moral às ações, mas também por razões econômicas e por razões de política externa.

Então, não basta ser bem comportado no regime, porque nós poderemos ser cerceados não por sermos proliferantes, mas por não interessar ao sistema de poder estabelecido que o Brasil tenha determinadas capacidades enquanto ou na região ou em outras áreas, não. Agora, temos de reconhecer que a participação no regime é importante, porque nos permite tomar parte nos processos decisórios. As fontes normativas estão, em grande medida, no Direito Interno, aquele conjunto de leis de que eu falei.

Para finalizar, a contínua pugna entre a prática do cerceamento e das ações para contorná-lo, ou seja, a disputa entre os *have* e os *have not* é, em última análise, um jogo de poder no sistema internacional. Nessa arena, não há lugar para visões ingênuas, porque, em função do que está em jogo, coisas como espionagem, cópia, engenharia reversa são intensivamente utilizadas nos países pelo mundo afora.

Deixo, então, com os senhores, uma reflexão final, porque essa é uma área, ciência e tecnologia de defesa, que depende fundamentalmente da política. Fazendo uma provocação com a sabedoria clausewitziana, que vê a guerra como continuação da política por outros meios, eu diria que a ciência e a tecnologia militar e os instrumentos de produzi-las são também, em grande medida, política por outros meios.

Muito obrigado aos senhores pela atenção. (*Palmas.*)



Estamos à disposição no Núcleo de Estudos Estratégicos e lá na UFF também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - Muito obrigado, Prof. William.

E agora nós vamos para nossa última apresentação, que é a do Dr. Jairo Cândido, Diretor do Departamento de Defesa da FIESP.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Eu pedi ao Diretor do Departamento da FIESP, Dr. Jairo Cândido, 1 minuto, porque considero ser importante este momento para as Forças Armadas brasileiras e para o momento de equidade entre as mulheres no Brasil.

Nós temos aqui na sala VIP da Câmara parte da bancada feminina de Deputadas Federais com a nossa Almirante. Eu vou ler o texto inclusive todo, porque, no último dia 23, a Presidenta Dilma promoveu a Capitã de Mar e Guerra Dalva Maria Carvalho Mendes ao posto de Contra-Almirante Médica da Marinha do Brasil. É a primeira vez que acontece isso nas Forças Armadas.

Eu gostaria de pedir à bancada federal que trouxesse a nossa convidada aqui na primeira fila, para que ela possa ouvir a última palestra. E antes de abrir o debate, nós fazemos uma homenagem rápida à nossa Comandante maior. *(Palmas.)*

Nós vamos só ouvir a última fala e depois vamos abrir uns 10 minutos para que a bancada feminina faça uma homenagem à Sra. Dalva.

Com a palavra o representante da FIESP, Jairo Cândido.

O SR. JAIRO CÂNDIDO - Deputada Perpétua Almeida; Deputado Carlos Zarattini; amigos que compõem esta Mesa e este painel; prezado amigo General Adriano, em nome de quem quero cumprimentar todos os militares brasileiros e estrangeiros presentes a este seminário; prezado amigo Carlos Ernani, Presidente do Conselho da Condor e Diretor do Fórum de Defesa e Segurança da FIRJAN, meu particular amigo, em nome de quem quero cumprimentar todos os empresários presentes a esta reunião; minhas senhoras e meus senhores; permitam-me uma saudação especial à Contra-Almirante Dalva, promovida nos últimos dias ao generalato, a primeira mulher que chega a este posto nas Forças Armadas. *(Palmas.)*



Sras. Deputadas, senhoras e senhores, é um prazer para nós, da Federação da Indústria de São Paulo, estar presente a um seminário desta envergadura. Teríamos, efetivamente, que estar aqui. Evidentemente, não estamos propondo, nem viemos fazer nenhuma palestra. Vamos colocar algumas ideias, muitas poucas ideias, no sentido de que possamos suscitar um determinado entendimento ou pelo menos uma discussão, do ponto de vista institucional, do que seja a indústria de defesa neste Brasil, tendo em vista que, do ponto de vista industrial, estritamente, o meu particular amigo, o Presidente da ABIMDE, Sami, tratou disso com brilhantismo.

A evolução positiva do Brasil no cenário geopolítico mundial. Essa é a primeira grande reflexão que temos que fazer, neste momento, com relação à indústria de defesa, a posição do Brasil, como é que temos que tratar e o que temos que fazer. O Brasil chega a uma posição econômica entre as seis maiores economias do mundo. O Brasil está colocado perante o Atlântico Sul com a sua condição de soberania. O Brasil é depositário de grandes volumes de riqueza, talvez da maior riqueza e da seguinte riqueza escassa no mundo, a água. Hoje, com previsão de produção de petróleo, que não sabemos a quantidade, mas, de qualquer maneira, com previsão de autossuficiência. Na verdade, o Brasil começa e tem uma projeção em termos latino-americanos, asiáticos e africanos, em termos da sua posição geopolítica, sempre voltado do ponto de vista da sua disponibilidade e competência política, estratégica e militar.

A definição das novas políticas para a defesa nacional. É claro que, na última década, o Brasil vem cuidando disso com bastante cuidado e tratando desse assunto, desde a Emenda nº 93, que reorganiza as Forças Armadas e o Ministério da Defesa e dá uma nova dinâmica a todo esse reordenamento e organização dentro do território nacional, seguido, inclusive, da Estratégia Nacional de Defesa, do Plano Nacional da Indústria de Defesa, mais recentemente da Medida nº 544, convertida na Lei nº 12.598, que é um marco, a partir do ponto de vista que atribui às Forças Armadas um divisor de águas, em termos de poder dar ao produto de defesa o tratamento adequado. O produto de defesa tem, há alguns anos, a sua definição. Sempre o casamento dele dentro do orçamento anual e da anualidade torna-se extremamente difícil.



Tivemos o episódio da desoneração fiscal dentro do primeiro projeto de lei. Está nesta Casa hoje a Medida Provisória nº 582, tratando do RETID. Esperamos, naturalmente, que isso seja resolvido.

O ambiente de crescimento dos orçamentos e gastos militares. O País ainda gasta muito pouco, comparado com outros países. É bom fazer aqui três pequenas reflexões. É verdade que o orçamento cresce nominalmente, mas o orçamento decresce em relação às receitas gerais do Brasil. Portanto, os volumes de recursos atribuídos às Forças Armadas, em termos nominais, têm crescido, mas, em termos da arrecadação geral do País, eles têm diminuído. Eles realmente são absolutamente insuficientes e ainda sofrem de uma série de outras deficiências e de uma série de outras limitações em termos de fluxos naturais. Isso é trágico para a indústria.

O Deputado Carlos Zarattini disse, na abertura do seminário, algo mágico, que um programa de defesa colocado como PAC não terá nenhuma solução de continuidade em termos da sua liberação econômica, algo a que todos os senhores empresários e militares presentes devem prestar muita atenção, porque efetivamente é uma grande inovação. Saio com mais uma lição desta Casa. Cada vez que nos reunimos para discutir algo, aprendemos mais alguma coisa. Temos mais uma lição que estamos levando daqui. Vamos efetivamente olhar esse assunto.

Existe, é claro, interesse governamental no desenvolvimento da indústria de defesa nacional. Existe, efetivamente. Quando o Brasil fez a opção de não comprar mais... No momento em que o Brasil, com todo esse arcabouço legislativo que acabei de citar, tomou a iniciativa, ou pelo menos a doutrina, o ponto central, de internalizar tecnologia, de promover associação para produção no Brasil de tudo o que for possível, o Brasil realmente fincou determinada posição dentro desse parâmetro e dentro desse tema.

Planos estratégicos e de reequipamento das Forças Armadas. Não me vou estender muito. Meu amigo, o Presidente da ABIMDE, mostrou todo o planejamento, inclusive a necessidade de 360 bilhões, a necessidade de 18 bilhões por ano e que estamos com investimentos de, aproximadamente, 7 bilhões ao ano, e que precisamos efetivamente resolver esse problema.



A grande verdade é que existe hoje uma programação de reequipamento das Forças Armadas. Se no passado não havia um grande planejamento, hoje existe um planejamento de até 50 anos.

Novos programas de defesa estão sendo iniciados. Temos exemplos disso, de coisas que estão andando. Estão andando o PROSUB; o helicóptero HX-BR; o SISFRON (acabamos de contratar um projeto piloto); o PROTEGER, que está em dias de ser publicado; o SISGAAZ, que também está em vias de ser terminado e começar a andar. Mas temos outros programas menores, como o *retrofit* das aeronaves da Força Aérea. Acabamos de ter informação da decisão da FAB para a nova estrutura do novo programa de *datalink*, com a associação de duas empresas brasileiras, com tecnologia israelense. Isso acabou de ser tornado público, ontem.

Portanto, existe uma série de programas em andamento.

Sobre o de que precisamos em termos da indústria de defesa, vou tratar um pouco mais à frente. Juntei quatro pacotes de desafios para que possamos, na verdade, tentar entender qual é o tamanho disso, para que a indústria nacional possa, de maneira geral, embarcar nesses programas.

Ambiente regulatório e evolução positiva da aprovação da Lei nº 12.598. Aqui, realmente, nós temos trabalhado muito. O Ministério da Defesa tem feito um enorme esforço.

Segundo todas as informações, ou pelo menos as últimas, nós estamos na acentuação e nos pontos e vírgulas para que o decreto seja efetivamente publicado.

Mas o que há nesse decreto? Ele cria uma série estrutural muito grande de organismos, órgãos, conselhos para que se venha a fazer um assessoramento do Ministério da Defesa no momento da regulamentação dessa lei. Portanto, uma série de coisas que andaram muito além daquilo que era a lei.

Num primeiro momento, nós tivemos uma discussão sobre se isso deveria ser mesmo dessa forma, mas, logo na sequência, olhando para o tamanho e para a disponibilidade material que o próprio Ministério da Defesa possui, em termos de quadro, em termos de gente, em termos de quantidade, em termos de disponibilidade, entendemos — ou pelo menos ficamos convencidos disto, este foi o convencimento da indústria — que esses conselhos e esses grupos realmente se fazem necessários até que o Ministério da Defesa possa ter mais musculatura, maior



quantidade de grupos e, portanto, possa estar com mais mão de obra, massiva para efetivamente poder fazer esse tipo de trabalho.

A base industrial de defesa apresenta alguns sinais de recuperação e movimento de reestruturação? Sim, os movimentos são pequenos, os movimentos são incipientes, mas já se vê alguma coisa, já se vê alguma associação. Nós já sentimos algum tipo de derramamento de alguns desses contratos, nós já entendemos e já somos capazes de identificar, aqui e acolá, algum tipo de associação e estamos, naturalmente, também identificando o acontecimento de determinados acordos.

Quanto à consequência efetiva da transferência de tecnologia, nós ainda precisamos aguardar um pouco mais para saber exatamente como vai ficar essa tecnologia residente no Brasil.

A situação atual é resultado de longos períodos de baixo investimento em defesa? Claro que sim. No Brasil nós passamos quase um século sem grandes investimentos em defesa. O Brasil e a indústria de defesa, com raras exceções... Está aqui o Sami, que falou em 30 anos, junto com nosso e meu prezado amigo, João Verte, que tragicamente nos deixou e com quem o Sami, logo recém-formado, foi trabalhar; está ali Carlos Ernani, nosso companheiro do Rio Grande do Sul. Eu, que já vou indo para 34 anos nessa estrada de defesa, acho que fico. O time antigo acabou. Daí para a frente, é o pessoal... Cláudio Viana. Acho que, daí para a frente, é um time mais novo, que está chegando e está chegando com força e competência, graças a Deus, e vem vindo nesse tipo de trabalho. Mas nós que estamos há mais de 30 anos, realmente, temos visto a agrura das Forças Armadas, a falta de investimento e nos temos ombreado com eles no sentido de tentar conseguir alguma coisa.

Portanto, por que isso está aqui? Porque este é o momento da demarcação, este é o momento em que nós estamos... Todo o mundo pergunta: *“A indústria brasileira está pronta, não está pronta? Como é que vai ser e como é que não vai fazer?”* Nós somos frutos do que nós fizemos ao longo dos últimos 50 anos. Esse é o *status* em que a indústria está e é aonde ela vai poder chegar.

Algumas empresas estão em melhor situação por não dependerem do mercado de defesa para sua sobrevivência e crescimento? É exatamente o que



acontece. Aquelas que, na verdade, podem e ainda estão sobrevivendo é porque de fato têm outro tipo de atividade — já me disseram que eu só tenho mais 5 minutos.

A maioria das empresas enfrentam dificuldades e desafios para se desenvolverem, lançarem novos produtos e competirem no mercado? Esse é o maior drama. Isso está colocado aqui porque esse é o grande desafio. Nós não produzimos material de prateleira. A indústria de defesa produz aquilo de que as Forças Armadas necessitam.

Enquanto esses programas não estiverem detalhados, nós não conseguiremos embarcar nesses programas. Portanto, o lançamento de novo produto depende de um detalhamento do programa a ser feito pelas Forças. Enquanto nós não nos sentarmos à mesma mesa e formos participantes do mesmo programa, nós sempre teremos um grau de dificuldade acentuada nesse tempo.

Eu li isto aqui: *“Quatro Desafios”*. Desafio econômico-financeiro (já vou cortar todos, por causa do tempo); o ambiente orçamentário de defesa; garantia de fontes de recursos para a defesa, sem risco de contingenciamento...

O contingenciamento é o drama dos dramas. Não há indústria que possa viver fazendo carregamento e descarregamento, carregamento e descarregamento, que os custos vão para a estratosfera. Ou nós produzimos, ou nós não produzimos e isso é algo que precisamos resolver.

Tem que se acertar uma cadência e tem que se definir esse tipo de coisa. Teríamos muito que dizer em termos de ambiente orçamentário, mas deixo para fazê-lo caso haja alguma pergunta.

A disponibilidade de acesso a financiamento para as pequenas e médias empresas de defesa. A dificuldade é exatamente o que o meu amigo Sami disse: as empresas acabam tendo, devido a essa deficiência, balanços complicados. Nós, inclusive, conseguimos um fundo, junto ao BNDES, de quase 400 milhões. O fundo está inteiro, porque não há nenhuma empresa em condições de tomar seus recursos. Sabem por quê? Porque, primeiro, não há um contrato. As indústrias nacionais não têm contrato com as Forças Armadas. Esse é o primeiro grande drama.

E as garantias contratuais? As garantias contratuais são outra história, outro grande problema que precisamos resolver, porque, a par de ter o contrato, esse contrato há que ter um elenco de garantias que também precisa ser resolvido.



Desafios regulatórios. Naturalmente, a Lei nº 12.598 estabelece, como já disse, a possibilidade de que, pela primeira vez na história deste País desde o advento do Decreto-Lei nº 200 e da Lei nº 8.666, se atribua à organização militar a possibilidade de escolher a indústria e de trabalhar com ela desde o seu nascimento, porque esse é um programa que pode ser feito. Esse é o maior avanço dentro da Lei nº 12.598.

Em relação às Forças Armadas, por representarem as instituições que representam, por terem o tipo de atividade que têm, pelo tamanho de seus programas e pelo que representam, esta Casa entendeu e fez essa inserção e, efetivamente, esse é o grande alcance dessa lei.

O outro alcance dessa lei é a tentativa de equiparação que está sendo procurada no RETID através da Medida Provisória nº 582.

O aumento efetivo e a capacidade do Ministério da Defesa no setor ligado à indústria de defesa é exatamente o que nós estávamos dizendo. O Ministério da Defesa ainda é novo. O Ministério da Defesa ainda tem quadros pequenos. O Ministério da Defesa precisa, inclusive, no implemento dessa lei, fazer um grande trabalho.

Portanto, o Ministério da Defesa — a criação de todos aqueles conselhos, de todos aqueles órgãos colegiados —, num primeiro momento, nós entendemos que possa dar uma dinâmica para a implementação dessa lei.

Buscar a redução, reduzir os impactos do Custo Brasil. Nós estamos agora pleiteando a redução da folha de pagamento. Embora a indústria de defesa não seja de uso intensivo de mão de obra, já há alguns setores que podem eventualmente estar aí contemplados.

O terceiro desafio é o da capacitação. Se lá atrás eu dizia que nós estamos no estado da arte, fruto dos 30, 40, 50, 100 anos da produção que fizemos, a grande verdade é que o incentivo, a capacitação tecnológica das empresas nunca aconteceu.

Se nós não tratarmos de algum tipo de incentivo, e neste momento, e se isso não for feito de maneira inteligente, nós teremos aí uma grande barreira para saltar.

Incentivo e investimento em pesquisa tecnológica e em inovação. Novamente, a indústria está sempre querendo a inovação em cima dos seus produtos, a



inovação que resulte em emprego, a inovação que resulte em melhoria da qualidade e da vantagem dos seus produtos.

As federações e a CNI estão criando 20 institutos no Brasil. Nós estamos cuidando de cinco institutos em São Paulo, mas estamos cuidando, particularmente, de um em São José dos Campos, que é o ISI — Instituto SENAI de Inovação — Defesa. Esse ISI está cem por cento voltado a apoiar o desenvolvimento da indústria de defesa, ele está sendo desenhado com essa finalidade. O Sistema, através do Sistema S, a FIESP de São Paulo, na formação de mão de obra especializada, que é outro item ali, na construção do CETAR — Centro SENAI de Tecnologias Aeronáuticas, em São José dos Campos, e o ISI, nós estamos investindo 120 milhões de reais para podermos tratar desse tema.

Mas é só essa iniciativa. Temos que fazer mais iniciativas.

E, para encerrar, os desafios comerciais: a criação de novos programas de defesa, com foco no desenvolvimento das pequenas e médias empresas do setor. Senhores, nós precisamos tomar muito cuidado para que o remédio não mate o doente. Nós, com o conjunto das indústrias brasileiras, estamos vendo que os grandes programas de defesa estão sendo desenhados de maneira a não terem lugar para as indústrias médias e pequenas do Brasil.

De repente, nós estamos desenhando programas para as grandes empresas e para os grandes conglomerados. Isso há que ser discutido em estrutura e em ambiente com essa competência, porque a base industrial de defesa é formada por indústrias médias e pequenas.

O Sami mostrou, com muita realidade, o que representa isso. Em todos os programas que saem, entram seis ou sete grandes conglomerados, alguns até sem tradição na área de defesa, buscando uma oportunidade econômica. E defesa não é oportunidade econômica. Defesa é a cultura do conhecimento e a evolução de uma natureza industrial consequente para a sustentação da soberania nacional.

Portanto, isso que nós estamos tratando não é negócio de ocasião. Isso aqui não é nada que se possa fazer com essa lógica.

Eu quero chamar a atenção para o fato de que, quando forem desenhadas as licitações, há que se olhar o tamanho do parque, há que se olhar quais são as indústrias, há que se olhar o que se quer fazer e há que se dosar para que essas indústrias possam embarcar nesse programa. Senão, nós vamos transferir tudo o



que os senhores, hoje, das Forças Armadas têm, no âmbito do Ministério da Defesa, para um, dois ou três grandes conglomerados, que vão gerenciar a soberania nacional — parece-me que não é para isso que nós estamos trabalhando, nem é isso que nós buscamos. E o incremento da atuação do Governo Federal em todos os níveis, no apoio à exportação do material de Defesa.

Com raríssimas exceções — o Sami não quis tratar disso, até porque não tinha tempo —, nós empresários não vendemos defesa. Quem vende defesa é o Brasil. Quem vende defesa é a Nação brasileira. Os senhores estão vendo tudo o que o Brasil comprou grande neste momento: é rei, é rainha, é primeiro-ministro, é embaixador, é presidente da República, todo mundo visitando o Brasil para tirar pedido de qualquer coisa que o Brasil está comprando.

Portanto, não é o empresário que está vindo aqui, e não somos nós que temos que ir lá também. É claro que nós temos que fazer a nossa parte, mas o Brasil precisa fazer a parte dele, daquilo que é produto brasileiro e que deva ser vendido.

Muito obrigado, senhores.

Era o que eu tinha a dizer. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - Muito obrigado, Sr. Jairo Cândido.

Vou devolver a palavra à Deputada Perpétua Almeida, para conduzir este momento bacana que nós vamos ter.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Na verdade, nós vamos suspender o debate por 5 minutos, porque eu gostaria de chamar à mesa a bancada feminina, para que possa conduzir até aqui a Capitã de Mar e Guerra, para que receba uma homenagem da bancada e da Comissão de Relações Exteriores desta Casa. *(Palmas.)*

Os homens, acho, ficaram tão assustados — coitados! —, que rapidamente se afastaram da mesa. *(Risos.)*

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, juntamente com a bancada feminina desta Casa, comemora o ato da Presidenta Dilma Rousseff, quando na última sexta-feira, dia 23, promoveu a Capitã de Mar e Guerra Dalva Maria Carvalho Mendes ao posto de Contra-Almirante Médica da Marinha do Brasil. Trata-se da primeira mulher oficial-general da história das nossas Forças Armadas.



A Contra-Almirante Dalva ingressou na Marinha em 1981, dedicando grande parte de sua vida militar ao Hospital Naval Marcílio Dias, no Rio de Janeiro. Graduada em Medicina pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ocupa atualmente o posto de Diretora da Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória.

O gesto da Presidenta Dilma é o primeiro e necessário passo para que as mulheres militares ascendam na carreira e possam comandar as Forças Armadas brasileiras.

Saúdo também a Marinha do Brasil, a primeira das três Forças a aceitar mulheres em seus quadros, e esperamos ver também no Exército e na Aeronáutica exemplos positivos como este, que fortalece o Brasil e sua política de igualdade de gênero.

Sendo, então, a única mulher neste Parlamento a presidir uma Comissão Permanente da Casa, saúdo, em nome das mulheres Parlamentares da bancada feminina, a Contra-Almirante Dalva.

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Brasília, 28 de novembro, Seminário Estratégico de Defesa Nacional. *(Palmas.)*

Nós temos aqui em meio a nós uma Parlamentar que foi colega de sala da nossa Contra-Almirante, a Deputada Jandira.

Antes de passar a palavra à Coordenadora para falar em nome da bancada, quero pedir à Deputada Jandira, em nome dos anos que passaram juntas na mesma sala de aula, que faça a entrega do buquê de flores. *(Palmas.)*

Coordenadora, a sua saudação.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Em primeiro lugar, eu quero saudar a Contra-Almirante Dalva Mendes, em nome de quem quero saudar todos os representantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

A bancada feminina, que está aqui representada pelas Deputadas Íris de Araújo, Rosane Ferreira, Benedita da Silva, Jô Moraes, Jandira Feghali e Perpétua Almeida, Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da qual faço parte, é representada aqui por um grupo de 45 Deputadas. Não estão todas presentes porque hoje é o encerramento da questão orçamentária e há muitas reuniões por Estado. Mas as Deputadas presentes já nominadas por mim certamente representam todas que aqui não estão.



Quero dizer que ontem participamos de um seminário sobre a importância de a democracia ter maior participação de mulheres, uma vez que 52% da população são mulheres, e democracia é a participação do povo, e, tendo o povo um número maior do que de mulheres, achamos justo a nomeação da nossa Presidenta no dia 23 de novembro.

Gostaríamos também de dizer que está havendo um crescimento da participação da mulher na política e em cargos importantíssimos: hoje temos a primeira Presidenta mulher, Dilma Rousseff, e temos uma mulher que coordena a PETROBRAS. Mas democracia significa elevar a participação das mulheres em todas as esferas e em todos os campos, porque isso expressará a maior parte do povo brasileiro.

Queremos saudá-la, e, inclusive, fazer um convite especial para participar de uma reunião da nossa bancada, quando do seu retorno, assim que puder, para, em número maior, podermos conversar e trocar experiências.

Quero dizer à Deputada Perpétua que este seminário está sendo de alta relevância, é muito importante, e mostra como uma mulher na presidência de uma Comissão está coordenando de forma tão brilhante, a meu ver, um seminário estratégico para o futuro do desenvolvimento e a defesa nacional.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Agora a nossa homenageada vai fazer a sua fala.

A SRA. DALVA MARIA CARVALHO MENDES - Inicialmente, quero cumprimentar a todos, agradecer à Deputada Perpétua e dizer da minha felicidade e da honra de estar aqui, com todas nós representantes desse universo feminino tão importante.

Com certeza, cabe a nós também fazer a nossa parte como cidadãs que todas somos, mostrando com autoestima cada vez maior, porque nós, em algum momento, tínhamos a impressão de que não poderíamos — nós sabemos agora que podemos... *(Palmas.)*

É isso aí, nós podemos.

Vamos mostrar que somos cidadãs e, por causa disso, vamos defender o nosso País onde estivermos.

Muito obrigada pela honra e pela alegria. *(Palmas.)*



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - O Deputado Hugo Napoleão vai coordenar a próxima Mesa. O Deputado Carlos Zarattini já está coordenando.

Obrigado à bancada feminina pela participação. Nós é que nos sentimos honradas, Contra-Almirante, neste momento. Muito obrigada. *(Palmas.)*

Vamos retomar e iniciar as inscrições. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - Vamos passar aos debates. Abriremos as inscrições para quem quiser fazer perguntas.

Antes, quero convidar para fazer uso da palavra o Engenheiro Walter Bartels, que representa a Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil — AIAB. Não houve tempo para convidá-lo para a Mesa, mas gostaríamos de ouvi-lo. Se ele quiser usar a tribuna, peço licença ao pessoal que está com o computador. *(Pausa.)*

O SR. WALTER BARTELS - Saúdo a diligente e atuante Presidente da CREDN, parabenizando-a pela realização deste seminário.

Na sessão de debates, eu faria uma pergunta: existe algum setor hoje capaz de atender mais ou menos de forma completa a uma das atividades previstas na Estratégia Nacional de Defesa?

Nós, ontem, tivemos a presença do Ministro. Ele citou os três setores estratégicos da Estratégia Nacional de Defesa: espaço, nuclear e cibernética. Então, eu quero falar um pouco do setor espacial.

O setor espacial, a indústria espacial, hoje, é decorrente do Programa Nacional de Atividades Espaciais. Essa indústria pequena — são várias pequenas e médias empresas — recebe contrato para desenvolver subsistemas de satélites. Dentro da AIAB, que tem aeronáutica, espaço e defesa correlacionada à área espacial, é o setor mais verticalizado.

Essas pequenas empresas fazem todos os subsistemas de um satélite. Ou seja, é como se fosse uma indústria aeronáutica no Brasil fabricando não só avião, mas também fabricando turbina, ar-condicionado, aviônica, tudo isso. Essas empresas atuam dessa forma.

Agora, qual é a razão da possibilidade de o Brasil ter uma verticalização desse tipo? É que a escala de produção de satélites e de veículos espaciais é muito pequena. Por exemplo, a linha do CBERS — Satélite Sino-Brasileiro de Recursos



Terrestres vai completar cinco satélites em cerca de 10 anos. Vemos as constelações grandes, de GPS. São dez satélites de GPS ao longo de vários anos.

Então, é uma facilidade para o Brasil não ter que colocar uma extensa linha de produção. É uma produção muito artesanal, com pessoal de alto nível. Hoje, nós temos mais ou menos 340 pessoas ativas nas espaciais, com índice de 20% de mestres e doutores. Sempre foi uma reclamação do Governo brasileiro nós não termos mestres e doutores no setor industrial. Esse sistema tem.

Do ponto de vista da parte espacial, como está montada a condução do programa? O Comando da Aeronáutica é o órgão responsável pela implantação das atividades espaciais. Este ano foi criada a Comissão de Coordenação e Plotação de Sistemas Espaciais. A AIAB fez uma ação conjunta com essa Comissão, e a indústria teve a possibilidade de apresentar à SESI/SE as suas capacitações. Agora, o Governo está conduzindo pela SESI/SE da seguinte forma: foi editado um documento recentemente, e aprovado; chama-se Programa Estratégico de Sistemas Espaciais. Esse documento implanta a estratégia de implantação de longo prazo de subprogramas e de projetos e de sistemas espaciais de defesa e tem várias descrições. Eu vou citar aqui as duas primeiras do documento. A primeira é a DPP-COMTAT, relativa ao Sistema Espacial de Comunicações Táticas e Operações. É o satélite geoestacionário. A outra é a DPP-OBTSO, relativa ao Sistema Espacial de Sensoriamento Remoto.

Bom, a indústria já está sendo inserida no primeiro programa, através da empresa entre a TELEBRAS e a EMBRAER, a Visiona, que vai fazer aquisições dos sistemas. Implantar é uma operação totalmente brasileira do primeiro satélite geoestacionário. O outro, relativo a sensoriamento remoto, prevê uma resolução espacial de um metro na faixa pancromática, e quatro metros na multiespectral colorida, e uma capacidade de revisita daquele ponto de três dias ou menos. É o que a especificação exige.

A indústria espacial brasileira está disposta e propõe fornecer, a partir do Brasil, uma constelação de quatro satélites. Vão ser satélites que atenderão a essa resolução. Com eles, da ordem de micro e pequenos satélites, produzidos no Brasil, incluindo as tecnologias que as indústrias têm, obtidas através da subvenção econômica ou, digamos, de participação e interveniência em fundos setoriais, são capazes de atender a esse requisito. Dessa proposta é possível fazer em duas



soluções: com quatro satélites teremos uma revisita menor do que o dia em cada ponto do País. A outra opção é fazer três satélites polares e um equatorial. Aí teremos uma revisita na parte equatorial da ordem de 1h30min por dia e, mais ou menos, da ordem de um dia e pouco ao longo de todo o País. Assim, com isso, nós poderíamos atender tanto as questões de vigilância do território, cobrindo também, se for necessário, a questão da Amazônia Azul. Então, existe essa proposta da indústria, que tem a capacitação, tem a capacidade industrial, tem os laboratórios para fazer essa oferta. Eu queria destacar que é uma exceção à regra existir uma indústria, um setor que tenha essa capacidade de uma razoável verticalização no País.

Agora, qual é a importância de termos a indústria brasileira diretamente envolvida nisso? Não se esqueçam de que nós já sofremos problema de não uso de satélite durante a Guerra das Malvinas. Durante aquela guerra, o satélite meteorológico da América do Sul foi cancelado. Quer dizer, quando o País quer ter uma vigilância extensa com satélite, você não só controla o que está no Brasil, mas o que está no entorno do Brasil. Nós temos que ter produtos com autonomia tecnológica no Brasil. Podendo fazer uso dos veículos lançadores e satélites, nós teríamos autonomia tecnológica completa. Teríamos os satélites, o veículo lançador e o Centro de Alcântara sendo usados.

Então, eu queria destacar este assunto para mostrar que existe essa capacitação no Brasil, lembrando que nós temos a AVIBRAS, que participa do VLM, o veículo lançador que o Ministro citou aqui no primeiro dia. Esse programa é muito importante porque também está sendo desenvolvido e produzido dentro da indústria nacional brasileira. Então, o grande problema que a gente tem é que é a fonte de tecnologia do programa espacial está sofrendo os mesmos percalços de falta de orçamento. O PPA prevê dois bilhões e pouco de reais, 550 milhões de reais por ano, mais o orçamento, por exemplo, deste ano, 2013, está em pouco mais de 300 milhões. Então, a grande pergunta que eu também coloco é: como é que se pode influenciar o Governo a fornecer os recursos necessários para esse programa espacial que levará ao desenvolvimento de tecnologia. Eu agradeço ao meu amigo Deputado Carlos Zarattini a oportunidade oferecida aqui e coloco isso em debate.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - Muito obrigado, engenheiro Walter Bartels. Depois também gostaríamos, se o senhor tiver essa apresentação, que nos enviasse para que conste dos nossos Anais.

Vamos passar agora ao debate. Havia uma pessoa inscrita. Onde está o microfone?

Por favor, eu peço que se apresente para que possamos registrar o seu nome.

O SR. CLÁUDIO MOREIRA - Boa tarde. O meu nome é Cláudio Moreira. Eu sou do Conselho da ABINT e do Conselho da Condor Tecnologias Não-Letais.

A minha pergunta é sobre um tema muito atual, muito polêmico, é dirigida à Mesa, em especial ao Deputado Zarattini, e diz respeito à situação dos *royalties* do petróleo.

Todos os que trabalham na área participaram de alguma forma do esforço do Deputado Zarattini, no sentido de buscar a criação de uma possibilidade de fontes de recurso na nova lei que vai regular os *royalties* do petróleo.

Com todo esse tumulto que foi gerado com essa nova lei que está sob veto da Presidenta, eu gostaria de saber do Deputado, especificamente da Mesa em geral, se existe realmente alguma possibilidade de se conseguir colocar essa fonte de recursos para financiar toda essa vocação e essa necessidade que nós temos na área da defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - O.k.

Mais alguém? Há mais duas pessoas aqui.

Eu vou pedir que façam as perguntas, vou pedir à Mesa que anote as perguntas também, e a gente responde de uma vez só, porque nós estamos um pouco atrasados.

O SR. FELIPE SALLES - Eu sou Felipe Salles, editor da revista *Base Militar*. Quero encaminhar a pergunta ao Prof. William. Estamos falando aqui sobre barreiras de transferência de tecnologia para o Brasil. Só que o que nós vimos nos últimos 18 meses são programas de vendas de equipamentos do Brasil para o exterior que já estão pedindo transferência de tecnologia.

A gente já não está chegando ao ponto em que nós teremos de colocar as nossas próprias barreiras de transferência de tecnologia para outros. Como é que está o pensamento brasileiro sobre isso neste momento?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - Muito obrigado, Felipe.

O SR. RUI - Boa noite. Meu nome é Rui. Eu trabalho na Secretaria de Ciência e Tecnologia da Marinha. Quero me ater ao problema de marcos regulatórios.

Foi falado aqui sobre a falta de oportunidade de pequenas empresas participarem, mas eu acho que o maior óbice que existe nessa área é que os marcos regulatórios das financiadoras, tanto a FINEP quanto o BNDES são muito rígidos e pouco flexíveis para atender as empresas de pequeno e médio porte. A minha pergunta é: como vamos fazer, pois estamos evoluindo na questão dos marcos regulatórios, na parte de leis, mas existe alguma ideia de também fazer uma revisão desses marcos regulatórios dessas financiadoras, para que as pequenas e médias empresas possam participar também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - Muito obrigado.

Mais alguém?

O SR. DAILSON OLIVEIRA - Meu nome é Dailson Oliveira. Sou da Atech. Nós ficamos muito preocupados com transferência de tecnologia, aspectos internos, aspectos externos, maseu gostaria de demonstrar preocupação com um problema interno, que é a burocracia. Eu acredito que toda empresa tem dificuldade de ser contratada, principalmente empresa de defesa, porque são sistemas e sistemas. Sistemas complexos, sistemas de armas não são coisas normais nem naturais; são, em sua essência, sempre inovação; são, em sua essência, sempre inéditos. Depois que se desenvolve o conhecimento e se formula o conceito, eles vão para o mercado como sendo uma produção em série.

Acredito que as empresas de *hardware* têm isso. Mas, ontem, discutimos aqui o *soft-power*. As empresas que trabalham com os intangíveis, que são sistemas e *softwares*, são todas colocadas na mesma vala comum da Instrução Normativa nº 4. Quer dizer, uma pessoa que contrata, uma entidade do Governo que contrata um sistema para entrada de portaria é colocada na mesma vala de uma pessoa que vai produzir um *data link*, que vai produzir um sistema complexo embarcado ou um sistema de missão de submarino atômico. É comparada a algo assim. Então, a Instrução Normativa nº 4 faz o papel de reguladora disso.

Ainda não existe sensibilidade na burocracia do Governo para com essas coisas, então, eu gostaria de perguntar como nós poderíamos criar uma comissão e participar ativamente para dar sugestões de como melhorar isso. Eu vou dar um



exemplo típico. A INFRAERO hoje em dia tem 140 engenheiros, mas contrata até projeto básico. Está ficando nas Forças um medo de assinar contrato de defesa, e eu acho que nós estamos caminhando para sermos iguais à INFRAERO — essa é uma tendência. Isso é uma preocupação muito grande porque, se, um dia, o ordenador de despesa no âmbito das Forças Armadas tiver medo de assinar um contrato — porque ele é muito policiado, porque o sistema de defesa não é compreendido —, as empresas não terão como vender e o Brasil não terá os seus produtos que são tão necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - Muito obrigado, Dailson.

Há mais algum inscrito? *(Pausa.)*

Tem mais uma pergunta aqui, que veio pela Internet, de Peterson F. da Silva, da Universidade de São Paulo:

“Gostaria de fazer o seguinte questionamento para os membros da atual Mesa. Projetos complexos como a aeronave KC-390 e o míssil A-Darter envolvem vários órgãos governamentais, por exemplo, Ministério da Defesa, da Ciência e Tecnologia, MDIC, empresas, Forças Armadas e até parceiros internacionais.

Como é de conhecimento de todos, o Orçamento da União é limitado em face de todas as necessidades do País, nesse sentido, como coordenar os diversos órgãos governamentais e empresas envolvidos nesses complexos projetos de defesa, de forma a conseguir o maior aproveitamento possível dos recursos públicos do País?”

Essa pergunta é para todos os membros da Mesa.

Mais alguma pergunta?

O SR. RODRIGO ACIOLI - Eu sou Rodrigo Acioli, da FINEP. Na verdade não é bem uma pergunta, pois, como a FINEP foi mencionada, eu queria apenas dizer que, sim, temos alguma dificuldade para financiar pequenas e médias empresas, mas estamos atentos a isso. Temos mecanismos de *venture capture* e estamos, pouco a pouco, querendo aumentar o nosso portfólio para ofertar às pequenas



empresas. Os editais de subvenção econômica já contemplaram diversas pequenas empresas da base industrial de defesa.

Então, essa é uma questão a que estamos atentos, mas que não se resolve da noite para o dia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - Muito obrigado.

Vou pedir, então, ao Prof. William que inicie as respostas. Peço que todos sejam concisos, porque já estamos um pouco atrasados para a próxima Mesa. Acho que 5 minutos são o bastante.

O SR. WILLIAM DE SOUSA MOREIRA - Vou responder à pergunta específica do Sr. Felipe Sales, que se refere a como o Brasil se posiciona do outro lado das questões que eu apresentei aqui.

De fato, eu enfoquei o lado do Brasil cerceado, mas nós estamos inseridos no regime, participamos do regime e temos responsabilidades. Além disso, nós internalizamos boa parte daquele arsenal normativo no nosso Direito interno, sob a forma de lei. Eu destaco a Lei nº 9.112, de 1995, que dispõe sobre o controle e a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados. Portanto, as empresas brasileiras que forem exportar estão sujeitas aos imperativos dessa lei, que, inclusive, prevê penalidades para o caso de violações.

O Brasil desenvolveu um sistema de controle e acompanhamento dessa área de bens sensíveis. A questão normativa é apenas um dos requisitos, mas é preciso desenvolver toda a infraestrutura de controle. Então, do ponto de vista do regime internacional de não proliferação, nós temos órgãos especializados em dar tratos a esses controles aqui no Brasil, até porque somos muito observados por isso.

Em tese, as principais potências que impulsionam esse regime acreditam que os interessados em formar redes de proliferação não vão procurar em países que têm sólidos sistemas de controle, como elas; eles vão tentar por países com sistemas menos sofisticados ou menos aderentes a esse regime.

Então, como vendedores, nós temos que ter cuidado, as empresas têm que ter cuidado. Aliás, há programas do Ministério da Ciência e Tecnologia, através de sua Coordenação-Geral de Bens Sensíveis, de motivação e esclarecimento para as empresas brasileiras; há, no âmbito da ABIN, o Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis — PRONABENS e outros de proteção



ao conhecimento, como o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento. Enfim, há uma série de atividades desenvolvidas internamente junto às empresas, para cuidar desse outro lado, para que o Brasil não se veja na condição de incurso nessa questão da proliferação.

Evidentemente, os contratos irão especificar em que medida haverá transferência de tecnologia. Transferência de tecnologia é um debate por si só enorme e acho que não teríamos tempo de abordá-la, em benefício da síntese. Eu me coloco à disposição do senhor, para, posteriormente, prosseguirmos nas questões mais específicas de transferência de tecnologia, possibilidades, limitações e alcance desse tema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - Dr. Jairo Cândido, faça suas considerações.

O SR. JAIRO CÂNDIDO - A mim mais diretamente está apresentada a situação de como enfrentar o problema do financiamento da pequena e média indústria, como superar o problema dos tais marcos regulatórios.

É um grande problema, para o qual nós — indústria, Forças Armadas e Ministério da Defesa — precisamos nos unir e começar a fazer propostas junto ao Congresso Nacional e junto à área financeira do Governo.

Efetivamente, se nós seguirmos o modelo clássico que está aí colocado, do sistema financeiro tradicional e da aplicação de recursos, isso não funciona. Eu acabei de dizer que tem lá 380 milhões e ninguém pode tomar. Então, não é por aí.

Se nós não constituirmos, eventualmente, algum fundo, se nós, eventualmente, não arrumarmos uma linha de financiamento, se nós não conseguirmos fazer alguma coisa dessa natureza, este é um problema sério, se não for criada uma estrutura de financiamento, eventualmente, com garantia do Tesouro, coisas dessa natureza. E, mormente, se a indústria não tiver um contrato que possa negociar com uma instituição de governo, este é o maior problema, e isto é que tem que ser feito. A pequena e média indústria, possuindo um contrato com o Governo a ser performado, e com garantia do próprio Governo, que possa transformar-se em dinheiro, a juros internacionais, as coisas se tornam viáveis e as coisas podem acontecer.



Com relação ao assunto da Atech e do Dailson, eu sei bem o que é isso, Dailson. Nós sabemos qual é essa agrura da receita e como essa coisa acontece, como essas coisas caminham. É assim mesmo. Nós precisamos, talvez, botar mais gente, reunir, fazer uma comissão, fazer pleitos e tentar equacionar esse problema, porque, efetivamente, defesa é uma coisa que precisa ser tratada de maneira diferente. Estão tentando tratar esse tipo de contrato, esse tipo de problema da forma tradicional. Realmente esbarra num problema dessa natureza, e realmente fica pegando de maneira muito séria. Você tem total razão. É quase impossível você fazer esses projetos andarem. Aliás, eu não sei como a Atech está conseguindo fazer andar. Parabéns a você, principalmente, que fica aqui, que tem conseguido fazer alguns contratos, porque, efetivamente, a coisa é muito complicada e está muito difícil.

Com relação à pergunta, que chegou por *e-mail*, do Peterson, sobre o KC-390, parece-me que ele fala em financiamento. Financiamento não tem, neste caso. O KC-390 é uma compra que a Força Aérea Brasileira fez de dois protótipos junto à EMBRAER, e está em pleno desenvolvimento. Isso tem um prazo para acontecer e é uma modalidade de compra de dois protótipos. Isso, na hora em que acontecer, que o contrato tiver terminado, ele, portanto, estará cumprido, a partir daí tem uma estrutura de industrialização, coisas outras que serão os aviões de série, seriam entregues coisas dessa maneira. Isso dá para fazer um seminário, mas em duas palavras é isso, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - Muito obrigado.

Sami, para ser o último dos nossos palestrantes.

O SR. SAMI YOUSSEF HASSUANI - Eu serei breve. A minha resposta é especificamente para o internauta. Eu acho que o restante já foi coberto, e na parte de *royalties*, a resposta será do Deputado Zarattini.

Com respeito ao Peterson, ele perguntou assim: *“Olha, o KC-390, o A-Darter são extremamente complexos, envolvem vários Ministérios, envolvem várias empresas, vários países. Como eu garanto que o recurso público não é desperdiçado?”* Tentei tomar nota.

Bom, Peterson, o assunto é complexo, mas a resposta é muito simples. O KC-390, o A-Darter e muitos outros envolvem vários países, soberania, envolvem várias empresas, vários Ministérios. É muito simples, é só começar certo. Se não



começar certo, dá tudo errado. E o que é começar certo? É que todos se sentem à mesa antes da partida do programa. Não existe milagre. Só existe trabalho. Se a gente, antes de um programa complexo, sentar à mesma mesa — empresários, Governo, Ministérios, todos os interessados —, combina-se o jogo, depois há milhões de dificuldades burocráticas, mas o programa vai ser muito bem conduzido, os recursos de Governo serão muito bem gastos. Então, Peterson, é só começar certo, e começar certo é começar todos juntos na mesma mesa. Se alguém sair na frente sozinho, depois a gente não consegue mais subir no cavalo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - Muito obrigado.

Eu queria aqui — também me fizeram uma pergunta — aproveitar para responder e tentar responder a outras questões também. Eu acho que nós temos dois problemas básicos aqui, esse debate evidenciou.

Um é o problema do financiamento, é o problema da fonte dos recursos que garante a continuidade dos projetos. Nesse aspecto, eu acho que nós vamos ter que tratar isso dentro das questões orçamentárias, e os *royalties* do petróleo são uma fonte muito importante para esse financiamento, até porque como a previsão é de uma arrecadação crescente de *royalties*, nós estamos falando de uma fonte de financiamento que não dói no bolso do povo. Nós não estamos falando aqui de criar imposto para financiar. Nós estamos falando de uma fonte que, à medida que a PETROBRAS e as outras empresas petrolíferas vão ampliando a produção, naturalmente vai se arrecadando mais. Então, é uma oportunidade enorme.

Evidente que também o Governo, a Presidenta Dilma, também focou essa fonte como uma fonte possível para atender projeto de lei que foi aprovado na Câmara e está no Senado, que é o Plano Nacional de Educação, que prevê que o Brasil, em 2020, gaste 10% do PIB com a educação. Então, a possibilidade de utilizar também essa fonte dos *royalties* com a educação também é uma possibilidade que está sendo discutida. Nós vamos ter agora, até o dia 30, a decisão da Presidência da República sobre a sanção ou o veto ao Projeto de Lei nº 2.565, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados, e vamos ver como vai ser o resultado disso. As informações que nós temos são que haverá trechos vetados e trechos sancionados. Então, a partir daí, vamos ver como vai se dar essa discussão. Nós ainda não temos essa certeza.



Parece-me que a outra questão é sobre a articulação dos vários projetos e a questão da burocracia, resumir essa palavra aí, que é uma palavra que todo mundo tem ódio, mas é aquilo que nós falamos mesmo, é a burocracia.

Eu acho que, em primeiro lugar, da parte deste Congresso, nós temos total boa vontade em relação aos projetos de defesa. É só observar o quanto foi difícil aprovar aqui o chamado Regime Diferenciado de Licitação para as obras da Copa do Mundo, para a educação e para a saúde. Houve uma resistência enorme à aprovação. E a medida provisória que tratou de estabelecer um Regime Diferenciado de Licitação para as compras das Forças Armadas, da Defesa, essa foi aprovada sem nenhuma dificuldade nesta Casa. O General Mattioli, que acompanhou aqui detalhadamente, sabe que não houve nenhuma resistência, como também não houve resistência nesta Casa quando nós excepcionalizamos a Lei nº 8.666, há cerca de 3 ou 4 anos, para compras na área de defesa. Então, efetivamente, não existe problema aqui no Congresso para modernizar, agilizar a legislação, quando se trata das questões de defesa nacional.

Eu acho que nós temos que aprofundar o debate, verificar onde existem as dificuldades e dar o tratamento legal que merece ser feito.

Por fim, eu acho que, como disse aqui o Peterson, nós precisamos articular mais, quer dizer, articular mais os projetos, articular mais em torno da SEPROD, que é a Secretaria de Produtos de Defesa, do Ministério da Defesa, para que esse conjunto de esforços, esse conjunto de projetos... Como nós temos orçamento curto — e sempre o orçamento é menor do que a vontade de que a gente tem de fazer —, que esse orçamento seja o mais bem gasto possível, que efetivamente a gente invista em tecnologia, de forma a gerar recursos, a gerar produtos, e produtos que alimentem, para que esse projeto avance ainda mais. Então, eu acredito que o Ministério da Defesa e, através dele, os departamentos das três Forças que organizam as compras na área de defesa, devem efetivamente estar articulando, sem dizer que isso deve estar articulado com o Ministério de Ciência e Tecnologia e com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Portanto, nós temos que, efetivamente, ter um sistema governamental que dialogue com o sistema industrial da Defesa e que consiga, dessa forma, dar efetividade a esse nosso projeto.

Era isso que gostaríamos de dizer.



Agradeço a todos pela atenção.

O que tem agora, Presidenta?

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Nós vamos chamar agora a próxima Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - Já é direto?

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Nós só vamos parar para fazer a foto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Zarattini) - Então tem foto? A foto a gente faz. Está aqui o Deputado Hugo Napoleão. S.Exa. chegou aqui pontualmente às 16 horas e vai agora dar sequência a este debate.

Muito obrigado a todos.

Boa tarde. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Senhoras e senhores, nós vamos sem intervalo porque queremos encerrar com um coquetel. Já está à nossa mesa o Deputado Hugo Napoleão, que vai coordenar os trabalhos do painel *Os grandes projetos estratégicos das Forças Armadas*.

Essa Mesa é muito esperada, uma novidade para muitos que estão aqui, uma plenária composta de estudantes universitários curiosos para conhecer os projetos estratégicos das Forças Armadas. Parte dos outros convidados, tanto Parlamentares como integrantes das Forças Armadas, empresários, instituições governamentais e convidados das embaixadas já conhecem, de certa forma, os projetos.

O Deputado Hugo Napoleão procederá à composição da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Napoleão) - Muito obrigado, Sra. Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Deputada Perpétua Almeida. Agradeço pela cessão da coordenação dos trabalhos.

Com muita honra, dirijo-me aos senhores representantes do Corpo Diplomático aqui presentes, aos colegas Parlamentares, às autoridades do Poder Executivo, aos profissionais da imprensa, representantes das universidades e centros de estudos.

Senhoras e senhores, dando sequência aos nossos trabalhos, iniciamos agora o segundo painel da tarde, que se dedicará a debater acerca dos grandes projetos estratégicos das Forças Armadas.



Quero dizer à Sra. Presidenta que, neste momento, a bancada do Piauí se reúne com a Ministra das Relações Institucionais para tratar de assuntos do Estado. Mas considerei extremamente relevante o convite de V.Exa. e, com muita honra, deixei um representante, colega meu do Piauí, para atuar em meu nome e aqui me encontro para esse dever que me chama.

Convido para compor a Mesa os seguintes palestrantes: o Tenente-Brigadeiro do Ar Ricardo Machado Vieira, Chefe de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, representando o Exmo. Sr. General de Divisão De Nardi, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, com o tema *Visão geral dos projetos estratégicos das Forças Armadas*; tenho a honra, também, de convidar o Contra-Almirante Antonio Fernando Garcez Faria, representando o Comandante da Marinha do Brasil; tenho o prazer de convidar o General de Brigada Luiz Felipe Linhares Gomes, Chefe do Escritório de Projetos do Exército, representando o Comandante do Exército Brasileiro; e ainda o Brigadeiro do Ar Osmar Lootens Machado, Chefe da Sexta Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica, representando o Comandante da Força Aérea Brasileira.

Encareço aos ilustres convidados que cada um disporá de 20 minutos para proferir a sua palavra.

Neste momento, passo então a palavra, para introdução deste painel, ao Tenente-Brigadeiro do Ar Ricardo Machado Vieira, Chefe de Operações Conjuntas do Estado-Maior Conjunto das Forças, representando o Exmo. Sr. General de Divisão De Nardi, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, com o tema *Visão Geral dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas*.

Com a palavra o Tenente-Brigadeiro do Ar Ricardo Machado Vieira.

O SR. RICARDO MACHADO VIEIRA - Srs. Congressistas aqui presentes, senhores oficiais gerais, adidos, senhoras e senhores, o nosso objetivo é apresentar uma visão geral dos projetos estratégicos das Forças Armadas.

Logicamente, essa é uma visão sintética, tendo em vista que os nossos amigos representantes de cada Força Armada fará uma apresentação um pouco mais específica.

(Segue-se exibição de imagens.)



Pelo roteiro, eu vou me ater a dois documentos básicos para nós: a Estratégia Nacional de Defesa — END e o Plano de Articulação de Equipamentos de Defesa — PAED. Logicamente, o PAED é resultante da Estratégia Nacional de Defesa.

A Estratégia Nacional de Defesa é um documento com 3 para 4 anos que acabou de ser atualizada agora, no meio do ano. O Plano de Articulação foi concluído realmente em julho deste mesmo ano.

Na Estratégia Nacional de Defesa, nós temos três eixos estruturantes que a norteiam: o primeiro eixo seria o foco de reorganização das nossas Forças Armadas; o segundo seria a reestruturação da indústria de defesa, tão importante quanto; e o terceiro seria a composição ou recomposição do efetivo das Forças Armadas.

Em relação à capacitação operacional das Forças Armadas, nós temos que entender também essas três colocações. Primeiro, há o monitoramento e controle. Toda Força Armada hoje prima por aquela tarefa básica que é o seu comando e controle. Então, nós temos que ter monitoramento sobre o nosso território e comando e controle para podermos agir quando for necessário.

A outra é a mobilidade, ou seja, a capacidade que as Forças Armadas precisam ter para, dentro de certa limitação, não só de equipamentos, mas de efetivos, poderem estar presentes em qualquer área do nosso território, principalmente na nossa área fronteira. Também se busca aumentar a presença das Forças Armadas em pontos mais críticos, mais vulneráveis, a exemplo da nossa Amazônia.

Dentro da nossa Estratégia Nacional de Defesa foram estabelecidos três eixos principais, três setores estratégicos. Coube à Marinha do Brasil ficar responsável pela área nuclear; ao Exército Brasileiro, pelo setor cibernético; e a Força Aérea, pelo setor espacial. Isso tem feito com que haja uma busca pela especialização de cada Força Armada nesse setor. Logicamente, isso inclui uma participação maior, uma busca por aquelas empresas que estejam relacionadas com essas atividades.

Em relação ao Plano de Articulação, que, como disse, foi concluído agora em julho, resultante da Estratégia Nacional de Defesa, nós precisávamos ter um plano que buscasse o quê? Exatamente o que foi dito antes, ou seja, a presença, a mobilidade. Nós podemos ter as nossas Forças Armadas dispostas de maneira mais



racional, mais lógica, dentro das nossas limitações, em nosso território, buscando a prioridade que precisamos em cada área estratégica.

Agora, teceremos algumas definições importantes.

O nosso PAED, decorrente da Estratégia Nacional de Defesa, é um plano que contém todos os projetos de interesse das Forças Armadas no intervalo de 20 anos; é um projeto de médio e longo prazos e tem como objetivo equipá-las para o cumprimento das missões constitucionais. Então, dentro dessas missões, logicamente sinalizamos a missão principal, a defesa da Pátria, e a ênfase no desenvolvimento da indústria nacional. Nós sabemos que qualquer força armada tem que buscar isso daí. Ou seja, cada vez mais ser menos dependentes da indústria estrangeira.

O PAED, nosso plano, tem que ser dinâmico, tem que ir se ajustando de acordo com os recursos que lhe são alocados. Há novas prioridades, há áreas estratégicas que podem mudar. Ele cumpre o previsto na Estratégia Nacional de Defesa e foi concluído, como dissemos, agora em julho; tem que ter vinculação com o Plano Plurianual. Podemos sinalizar os seus prazos até 2031.

Então, é importante que haja fases, porque nós sabemos que os recursos não poderiam jamais vir de uma só vez ou em poucos anos.

Eu vou entrar em cada Força, dando uma visão muito rápida.

Marinha do Brasil.

Podemos dizer que essa é a articulação hoje da Marinha. Os Distritos Navais estão sinalizados aqui, os Batalhões de Operações Ribeirinhas e a 1ª Esquadra com a Força de Fuzileiros, que hoje está no Rio de Janeiro. Este é o quadro atual.

Como a Marinha vê o seu futuro?

A criação de Batalhões de Operações Ribeirinhas nesses lugares, nessas áreas; uma base de submarinos na área do Rio de Janeiro — base esta que já está em construção na região de Itaguaí, no Rio de Janeiro.

A 2ª Esquadra, na Região Norte-Nordeste. Ainda não há uma definição. A Marinha certamente vai analisar. Não há definição, mas é o que se busca.

O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul — o SISGAAZ, sigla utilizada pela Marinha — sobre o qual, certamente, o Almirante fará comentários; e o Projeto Amazônia Segura, com aumento de Capitánias, Delegacias e Agências ao longo da Amazônia, principalmente.



Esta é a visão básica.

Os programas são esses: o Programa Nuclear da Marinha do Brasil, a construção de submarinos convencionais e de propulsão nuclear, modernização e construção do Núcleo do Poder Naval, com o PROSUPER: navios, aviões, helicópteros, enfim; Sistema de Gerenciamento, o próprio SISGAAZ; Programa Amazônia Segura, criação e elevação de Capitânicas, Delegacias e Agências na Amazônia, como foi visto; e a implantação da 2ª Esquadra e a 2ª Força de Fuzileiros na Região Norte ou Nordeste.

Esta é a visão geral dos projetos estratégicos da Marinha do Brasil.
Exército Brasileiro.

Hoje, a situação é esta: nós temos — não dá para ler aqui direito — todas essas atividades, com o Exército buscando a transferência e a criação de algumas brigadas. Já foi iniciado um processo de transferência e instalação de mais unidades na Amazônia e de relocação de algumas unidades principalmente no Centro-Oeste. É uma visão bastante ampla. Aqui está apenas o que é atual e o que vai ser incrementado.

Um objetivo importante que o Exército tem buscado é realmente a ocupação da nossa área de fronteira, principalmente a fronteira amazônica e a fronteira oeste do Brasil. Enfim, é um posicionamento previsto na Estratégia Nacional de Defesa.

Nós podemos citar cinco projetos: a recuperação da capacidade operacional; a defesa cibernética, um viés de responsabilidade do Exército; o SISFRON, o Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras — da mesma maneira que existe o SISGAAZ, o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, na Marinha —, já está em desenvolvimento no Exército; o Sistema Proteger, exatamente aquele que busca e planeja a proteção de todas nossas estruturas críticas, como hidrelétricas, usinas *etc.*; e o projeto, apenas para mencionar um, do carro de combate Guarani, que, no futuro, substituirá o Urutu e o Cascavel.

Força Aérea Brasileira.

Na FAB, temos localizações de bases aéreas, de centros como o CINDACTA — Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo; o estande operacional, e aqui temos o de Cachimbo, no sul do Pará; e os centros de lançamento de Alcântara, próximos a São Luís. É o que existe hoje em termos de bases aéreas — logicamente, essas bases são sedes das nossas unidades aéreas.



A articulação da Força Aérea busca, no futuro, bases de desdobramento, e já temos São Gabriel, Eirunepé e Vilhena, atuais bases de desdobramento; e, logicamente, a modernização e aquisição de novas aeronaves.

Aqui temos uma síntese dos projetos da nossa Força Aérea.

O Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, o SISCEAB, e o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro, o SISDABRA, que existe desde 1980. Ele logicamente deverá ser incrementado seguindo a mesma ideia do SISFRON, do Exército, e do SISGAAZ, da Marinha.

Recuperação da sua capacidade operacional, o Projeto FX-2, que já está em nível presidencial para decisão.

Desenvolvimento de aeronaves de transporte REVO, e aqui temos o projeto do KC-390, um avião de transporte e reabastecimento em voo, projeto da nossa EMBRAER.

Modernização das aeronaves A-1, ou AMX, F-5, C-95, e, em fase de modernização, dos aviões-radares E-99 e R-99. Quanto ao P-3 acabamos de recebê-lo — inclusive fizemos o seu batismo de fogo agora. Foi a primeira vez que utilizamos o P-3 numa operação, a Operação Atlântico, que ainda está acontecendo e finaliza esta semana. Ele foi utilizado em uma de suas missões, não só a de patrulha, mas a de guerra submarina.

Capacitação científica e tecnológica e fortalecimento da indústria espacial e de defesa. Isso a Força Aérea faz muito, através do DCTA, Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial.

Capacitação da construção de engenhos espaciais. É o que a Força Aérea busca com seus foguetes VLS e outros que já estão operacionais. A modernização do Centro de Lançamento de Alcântara também faz parte do projeto.

É uma visão geral não só da Força Aérea, mas de todas as Forças.

E aqui temos uma articulação final na qual reunimos todos os projetos das nossas Forças Armadas buscando não só termos uma disposição mais racional no nosso território, principalmente daquelas áreas estratégicas, mas também, logicamente, aquele objetivo final: o de as nossas Forças Armadas se adequarem ao tamanho e a importância do nosso País, e buscando sempre o quê? Uma capacidade de dissuasão bastante razoável. Este é o nosso objetivo.



Está é uma visão sintética dos nossos projetos estratégicos e devolvo então a palavra à Mesa.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Napoleão) - A Mesa agradece ao Tenente-Brigadeiro do Ar Ricardo Machado Vieira a exposição e concede a palavra ao Contra-Almirante Antonio Fernando Garcez Faria, que neste ato representa o Comandante da Marinha do Brasil. S.Sa. dispõe de 20 minutos para sua exposição.

O SR. ANTONIO FERNANDO GARCEZ FARIA - Boa tarde, Deputado Hugo Napoleão, que preside esta sessão; Deputada Perpétua Almeida, Presidente da CREDEN; General Adriano aqui presente; Brigadeiro Machado aqui presente; Almirante de Esquadra Monteiro aqui presente, ex-Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, em nome de quem saúdo as demais autoridades civis e militares aqui presentes.

Depois dessa apresentação, da excelente introdução com uma visão do Ministério da Defesa em relação aos projetos estratégicos da Marinha e das três Forças como um todo, eu vou buscar nestes 20 minutos dar uma ideia para os senhores dos principais projetos estratégicos em desenvolvimento pela Marinha do Brasil.

Para contextualizar, não simplesmente uma lista de projetos, porque, na verdade, esses projetos são todos concatenados e formam um projeto de força, e para entender exatamente como se dá isso aí, primeiro é importante entender qual é a área de operação da Marinha, ou seja, qual é o contexto operacional; em segundo lugar, entender a missão, as tarefas decorrentes e quais são as capacidades que a Força tem que ter para cumprir essas tarefas.

Por fim, como já apresentado pelo Brigadeiro Machado, como se enquadram os nossos projetos estratégicos dentro da Estratégia Nacional de Defesa e umas rápidas palavras finais.

O que comentarei sobre a área de atuação da Marinha, denominada a nossa Amazônia Azul, seria facilmente compreensível, principalmente neste ambiente, em função da nossa própria história, de como o Brasil foi descoberto, de como foi efetuado o povoamento ao longo do litoral, um litoral de cerca de 8 mil quilômetros de extensão. Isso daria necessariamente uma vocação marítima para o País, mas não é verdade.



O que vou apresentar aqui, e é do conhecimento da maioria dos senhores, é desconhecido de quase a totalidade da população brasileira, mesmo considerando que 80% dela vive a menos de 200 quilômetros da linha de costa.

A nossa Amazônia Azul, com uma área marítima total de cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, divide basicamente dois espaços de acordo com a Convenção Nacional das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. O que está em azul claro é a zona econômica exclusiva e em azul escuro, a plataforma continental estendida. Essa área equivale à metade do território nacional e a totalidade de nossa Amazônia Legal, por isso, a Marinha a denomina Amazônia Azul. Essa área não é só extensa ela é rica. Do mar extraímos cerca de 85% da nossa produção de hidrocarbonetos. Ela também é detentora de significativa quantidade de biomassa a ser explorada pela indústria pesqueira, bem como de concentração de minerais na forma de nódulos polimetálicos, crostas cobaltíferas e outras formas.

Destaco que, na produção petrolífera brasileira, algumas das nossas plataformas de exploração na área do pré-sal distam cerca de 150 milhas da costa, algo em torno de 300 quilômetros de distância, o que inviabiliza sua defesa somente a partir de terra.

Então, entendida a nossa área de atuação, temos que entender o que a Constituição Federal, em seu art. 142, determina para a Marinha. Nosso dever, nossa missão, preparar e empregar no poder naval em defesa da Pátria; adicionalmente, atuar na garantia dos poderes constitucionais e por iniciativa de qualquer um deles da lei e da ordem; bem como atuar em ações sob a égide de organismos internacionais como a ONU em apoio à política externa no Brasil e também uma série de atribuições subsidiárias que apresentarei a seguir afetas especialmente a autoridades marítimas.

Para cumprir essa missão, quais são as tarefas básicas que a Marinha tem que cumprir? Estas são tarefas clássicas de um poder naval. A primeira delas é o controle de áreas marítimas. Isto é assegurar numa determinada área marítima o controle por um determinado período de tempo para assegurar o seu uso em favor dos seus interesses.

Contrastando com a tarefa de controle de área marítima, temos a negação do uso do mar ao inimigo, o de justamente se contrapor a uma força hostil que pretenda estabelecer um controle de área marítima em região de nosso interesse.



A projeção de poder sobre terra é o vetor anfíbio, característica clássica provida pelo Corpo de Fuzileiros Navais. Além da sua aplicação em tempos de guerra, é uma tarefa básica empregada plenamente no apoio à MINUSTAH, nossa missão no Haiti e, por último, contribuir para a dissuasão. Lembro que dissuasão é a prioridade número um da nossa política de defesa nacional. E o vetor que caracteriza essencialmente essa capacidade dissuasória é justamente o submarino de propulsão nuclear.

Entendido o nosso espaço geográfico de atuação e as tarefas principais, que outras tarefas cabem à Marinha por força de duas leis complementares, a 97, de 1999, e a 117, de 2004? Primeiro, orientar e controlar a Marinha Mercante; prover a segurança da navegação aquaviária nessa vasta área e também nas hidrovias interiores; contribuir para a formulação das políticas nacionais que digam respeito ao mar, que detalharei no *slide* a seguir; programar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos ao mesmo tempo cooperando com os demais órgãos federais na repressão a delitos de repercussão nacional ou internacional; e, por fim, o Comandante da Marinha, pela especificidade dessas atribuições, recebeu a designação de Autoridade Marítima Nacional.

Na formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar, eu destaco particularmente a atuação de um colegiado, da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, que conta com 15 órgãos federais e Ministérios, os quais conduzem diversos programas, como, por exemplo, o que faz o levantamento da biomassa e a capacidade de exploração sustentável da biomassa marinha. Ele faz levantamento do potencial mineralógico da nossa plataforma marinha.

Além desse, mais dois de suma importância para o Brasil, e que destaco nesse *slide*. Primeiro, o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira, projeto com a participação da PETROBRAS e de comunidade científica brasileira. Ele possibilitou ao Brasil pleitear essa área de 4,5 milhões de quilômetros quadrados. Segundo, o nosso Programa Antártico Brasileiro que mantém os interesses brasileiros no continente antártico. Apesar do incêndio ocorrido na nossa Estação Antártica Comandante Ferraz em fevereiro deste ano, eu destaco que as pesquisas não foram interrompidas. No momento elas estão sendo realizadas com o apoio dos nossos navios e, particularmente, todo o desmonte da Estação já está sendo feito. No início do ano que vem, iniciaremos um concurso internacional para o



projeto da Estação. Tudo dando certo, no final de 2013, iniciaremos a reconstrução daquela Estação.

Entendidas as nossas tarefas e a área prioritária para aplicação do poder naval, vou listar, como já apresentado, os principais projetos estratégicos da Marinha. Cada um desses projetos comportam subprojetos que vou apresentando e detalhando ao longo do restante da minha apresentação.

O primeiro deles é o Programa Nuclear da Marinha. Como apresentado no painel anterior, certas tecnologias não são passíveis de aquisição, você tem que desenvolvê-las. Ou se desenvolve a tecnologia autóctone, ou não se vai deter essa tecnologia.

Este é um projeto estratégico para o Brasil e ele se divide em dois subprojetos: o do Ciclo Combustível e o do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica. O primeiro também se divide em dois subprojetos. O primeiro deles — também haveria dois subprojetos — é o que vai assegurar a transformação do *yellowcake*, a pasta de urânio, em hexafluoreto, um gás que pode ser enriquecido através de um processo de ultracentrifugação.

A usina de hexafluoreto está em sua fase final. A previsão de conclusão é em 2013. As ultracentrífugas da Marinha já são operacionais e, em outubro, foi inaugurada a segunda cascata de ultracentrífugas na indústria nacional brasileira, em Resende. Então, essa é uma tecnologia que a Marinha desenvolveu e que está, similarmente ao que é feito pela Aeronáutica e pelo Exército, transferindo para a iniciativa privada para fortalecer a base industrial de defesa.

O segundo deles, em desenvolvimento, é o Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica. Esse projeto visa a construir um reator e toda a planta propulsora em escala, o que vai equipar futuramente o nosso submarino nuclear.

Para os senhores terem uma ideia da dualidade desse projeto, esse reator que vai realimentar o nosso submarino e treinar a nossa tripulação tem capacidade de geração de 11 megawatts de energia elétrica, o que é capaz de iluminar uma cidade de 20 mil habitantes. Ressalto que ele é feito com tecnologia 100% brasileira e poderá vir a apoiar, eventualmente, caso seja essa a decisão da sociedade, a ampliação da nossa matriz energética.

O segundo grande projeto estratégico é a construção do Núcleo do Poder Naval, com uma série de grandes projetos. Como são modulares, alguns já estão



em andamento, como o PROSUB e a construção dos NaPas de 500 toneladas, um já está praticamente em fase final, a construção de corvetas da Classe Barroso, e outros estão ainda na fase de delineamento, como o PROSUPER, que vou apresentar e que já tem uma parte em execução, o programa de construção do primeiro navio aeródromo nacional e o programa do navio de assalto anfíbio.

O PROSUB visa justamente construir o primeiro submarino nuclear brasileiro. Para tal, ele é subdividido em três módulos. O primeiro é a construção do Estaleiro e Base Naval em Itaguaí, cuja maquete vou apresentar em seguida. O segundo é um empreendimento modular para a construção de quatro submarinos convencionais da Classe Scorpène, o que vai permitir a capacitação do nosso pessoal para o projeto do submarino nuclear. Destaco que esse projeto será inteiramente nacional. Tudo isso faz parte de uma assimilação tecnológica resultante de acordo estratégico entre o Brasil e a França. O último é a construção do primeiro submarino nuclear brasileiro, sendo que a Estratégia Nacional de Defesa prevê a construção de quatro submarinos nucleares.

Essa é a foto da maquete, uma concepção artística do Estaleiro e Base Naval. As construções já estão bastante adiantadas. Em dezembro próximo ou em janeiro, será inaugurada, pela Sra. Presidenta da República, a unidade de fabricação de estruturas metálicas.

O segundo projeto que eu destaco é o projeto de construção dos navios-patrolha de 500 toneladas. O PAED, como apresentado pelo Brigadeiro Machado, que detalha a Estratégia Nacional de Defesa, prevê a construção de 46 desses navios, que são navios de porte médio voltados para patrulha nas áreas mais afastadas da costa, especialmente no pré-sal. Desses 46, dois já foram construídos por estaleiro nacional, a Indústria Naval do Ceará — INACE, em Fortaleza, cinco encontram-se em construção no EISA, o Estaleiro Ilha S.A., no Rio de Janeiro, e 20 são objeto de processo de negociação que estamos fazendo com o BNDES visando ao financiamento. Todos eles também com construção no País.

Dentro também do Núcleo do Poder Naval, temos a corveta Classe Barroso, que deriva da corveta Classe m Inhaúma, um projeto nacional da década de 90, do século passado, que, por sua vez, decorre da aquisição, na década de 70, das fragatas Classe Niterói, que capacitou o nosso pessoal através de um acordo com a



Inglaterra. Essa corveta tem um projeto totalmente nacional, tem um elevado índice de nacionalização: 100% do casco e 60% dos demais projetos.

O PROSUPER é o Programa de Obtenção de Meios de Superfície, que prevê a aquisição de cinco navios de escoltas, um navio de apoio logístico e cinco navios de patrulha oceânica, dos quais três foram recentemente adquiridos, também num acordo com a Inglaterra: o primeiro, o NaPa Amazonas, está participando agora da Operação Atlântico, comissionada pelo Brigadeiro Machado; o segundo, o Apa, será incorporado à Marinha do Brasil na sexta-feira dia 30 (o Chefe de Estado-Maior da Armada encontra-se em Londres para incorporar esse navio à Armada); e o terceiro, o Araguari, chegará em março de 2013.

O próximo projeto estratégico da Marinha é a recuperação da capacidade operacional. Como amplamente debatido no painel anterior, anos e anos de limites orçamentários aquém de nossas necessidades degradaram a manutenção da capacidade operacional das Forças. Então, esse projeto visa buscar justamente reativar os meios existentes.

Como também mencionado pelo Brigadeiro Machado, existe o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, que vai se incorporar aos outros dois projetos de monitoramento em vigor, o SISFRON, do Exército, e o SISCEAB-SISDABRA, da FAB, e também ao SIPAM-SIVAM. Ele, na verdade, vai conjugar sistemas já existentes, como o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueira — PREPS, o Sistema de Monitoramento Marítimo de Apoio às Atividades do Petróleo — SIMMAP e o Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo — SISTRAM, com redes de sistema de identificação automática e de longa distância já operados pela Marinha ao longo da costa e, futuramente, com a imagem de satélites e radares a serem instalados ao longo da costa.

Ele vem usando o binômio monitoramento e controle, com aplicação tanto para a defesa quanto para a segurança. Em função da dualidade desse sistema, os dados coletados permitem aplicações outras, como apoio a serviços meteorológicos, previsões oceanográficas, monitoramento ambiental marinho.

Outro projeto, já citado, é a Segunda Esquadra e a Segunda Força de Fuzileiros Navais e decorre das duas áreas priorizadas na Estratégia Nacional de Defesa: a foz do Amazonas e o litoral Santos-Vitória. Então, ficaria a cargo da Primeira Esquadra, apoiada por bases no Rio de Janeiro e em Aratu, o



patrulhamento desta segunda área e a cargo da Segunda Esquadra, com base a ser estabelecida no litoral norte-nordeste em função das restrições das duas bases atualmente existentes para apoio a grandes navios, patrulhar a outra área.

Então, a END estabeleceu, determinou como objetivo estratégico para a Marinha iniciar os estudos para instalar, o mais próximo possível da foz do Amazonas, uma base naval com capacidade similar à do Rio de Janeiro. Ou seja, para apoiar uma esquadra do mesmo porte que a Primeira Esquadra.

O nosso sexto projeto estratégico é o Segurança e Navegação. Ele está voltado para a vertente Autoridade Marítima, que é uma atribuição subsidiária da Marinha. Ele comporta atividades em apoio a meteorologia marinha, sinalização náutica, cartografia náutica e aviso aos navegantes, que são decorrentes de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, que é responsável por esse tipo de previsão para uma área que é o dobro do território brasileiro, cerca de quase metade do Atlântico Sul.

Também temos as atribuições na área da segurança do tráfego aquaviário, que engloba o Projeto Amazônia Segura, apresentado pelo Brigadeiro Machado, que são as redes de capitancias, delegacias e agências. São fundamentais para a segurança do nosso tráfego aquaviário.

E, por fim, a estrutura que prevê a salvaguarda da vida humana no mar, *Search and Rescue*, no caso, também, em atendimentos a compromissos internacionais.

Com isso, apresentamos, de maneira sintética, os nossos projetos em termos de investimentos. Mas o nosso maior patrimônio, a Marinha o classifica como um de seus projetos estratégicos: o nosso pessoal. Não nos adianta ter equipamentos modernos se não temos pessoal capacitado e motivado. Então, existe uma série de investimentos na ampliação das redes de ensino, das OMs de ensino na formação do nosso pessoal e também na assistência aos nossos militares.

Logicamente vem a pergunta: *“E, para todos esses investimentos estratégicos, qual seria o montante de recursos necessário?”*.

Conforme consta no nosso Livro Branco de Defesa Nacional, existe uma estimativa dentro do horizonte temporal de implantação dos projetos — alguns dos quais extrapolam até o previsto no PAED — que dá o montante por cada um desses projetos, que juntos totalizam 211 bilhões de reais — mas isso num horizonte



temporal de 35 anos. Esse montante equivale a cerca de 5% do nosso PIB de 2011, lembrando que a média histórica dos últimos anos para o Ministério da Defesa como um todo, a administração central e as três Forças, é da ordem de 1,5% do PIB ao ano.

Se os senhores levarem em conta a janela temporal de implementação para os projetos da Marinha somente, sem englobar os das demais Forças, o incremento de apenas 0,15% por ano no PIB permitiria a implantação desses projetos ao longo do espaço temporal de 35 anos.

Agora, como também apresentado pelo Dr. Sami, da ABIMDE, o investimento realizado na defesa traz um retorno imenso para a sociedade, porque todos esses projetos, como também destacado pelo Brigadeiro Machado, estão atrelados à capacitação, à transferência tecnológica, que geram crescimento sustentável e fortalecem os setores de ciência e tecnologia e de indústria e comércio, especificamente na área da base industrial de defesa. Geram muitos empregos, empregos de qualidade.

E, por fim, esses projetos dão ao Brasil visibilidade tanto interna quanto externa, o que contribui como um dos objetivos da Política de Defesa Nacional que é a dissuasão: dissuadir potências hostis ou interferir em assuntos que sejam de nosso interesse.

Dado tudo isso que foi apresentado, com a implementação desses projetos, o que a Marinha pensa e busca atingir no futuro? Ter um poder naval à altura da inserção política e estratégica do nosso País no cenário internacional e, ao mesmo tempo, em sintonia com os anseios da sociedade, aqui representada pelo nosso Congresso, estando permanentemente pronta a atuar onde quer que os interesses nacionais assim o determinem, quer na nossa Amazônia Azul, quer fora dela, como, atualmente, comandamos a Força-Tarefa Marítima da UNIFIL, operando no Líbano, como participamos, com as demais Forças, da MINUSTAH, no Haiti. Então, onde quer que os interesses nacionais e a sociedade nacional assim o desejem.

Mas nós não podemos simplesmente prever o futuro e esquecer as lições aprendidas no passado. Nesse sentido, vou fazer referência a um ilustre Congressista, o Senador Rui Barbosa que, nos primórdios do Senado brasileiro, no ano de 1895, termina seu discurso com uma frase de extrema importância:



“Esquadras não se improvisam; o que era válido, ao final do século XXIX, continua válido no cenário do alvorecer do século XXI”.

E, como apresentado pelo Ministro da Defesa, na nossa conferência de abertura, ameaças como narcotráfico, biopirataria, enfim, todas essas novas ameaças existem, são uma realidade, mas no combate a elas a ação das Forças Armadas é de apoio colateral. As Forças Armadas são voltadas para aquilo que o Ministro da Defesa colocou como uma velha ou antiga ameaça: o sistema internacional é caracterizado pelo conflito de interesses entre as grandes potências, e o Brasil, senhores, está caminhando para se tornar uma grande potência.

Então, é importante exatamente isto: ter a convicção de que não se pode improvisar uma esquadra; uma esquadra não são só equipamentos, mas treinamento e capacitação de pessoal.

Em decorrência disso, como corolário dessa célebre frase do nosso estadista Rui Barbosa, é que a Marinha tem a seguinte visão: sob hipótese nenhuma nós podemos descuidar da nossa principal atividade, que é o preparo e a aplicação do Poder Naval de forma que ele possa executar as quatro tarefas básicas do Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da pátria e dos interesses da sociedade brasileira onde quer que eles venham a ser confrontados por algum eventual conflito de interesses.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a apresentar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Napoleão) - A Mesa agradece ao Contra-Almirante Antonio Fernando Garcez Faria e deseja apenas situar que, com relação à Amazônia Azul, eu tive a feliz oportunidade de ser o Presidente da Comissão que aprovou a respectiva lei.

Na sequência, concedo a palavra ao General de Brigada Luiz Felipe Linhares Gomes, Chefe do Escritório de Projetos do Exército Brasileiro e representante do Comandante do Exército Brasileiro. Dispõe de 20 minutos para sua exposição.

O SR. LUIZ FELIPE LINHARES GOMES - Srs. Parlamentares, Srs. Oficiais-Generais, senhoras e senhores, é um prazer estar aqui de novo diante deste público. Vai ser muito mais fácil para mim, com certeza, tratar dos assuntos sobre os quais vou falar para os senhores e para as senhoras. Primeiro, porque fui precedido pelas brilhantes palestras do Brigadeiro Machado e do Almirante Garcez,



companheiros de outras ocasiões. Segundo, porque, em princípio, talvez diferentemente do caso das outras Forças, todo o mundo conhece o Exército. Diariamente se tem contato com o Exército nas ruas, nas fronteiras. Portanto, vai ser muito fácil falar sobre isso, porque todo o mundo o conhece.

Como disse o Almirante Garcez, o Brasil realmente está trilhando um caminho de progresso. A finalidade da minha palestra é apresentar os nossos projetos estratégicos que são os grandes indutores da transformação. O Brasil está tomando o seu lugar de direito. Então, nós não podemos deixar que as Forças Armadas não o acompanhem nessa evolução. Refiro-me ao Exército porque estou puxando um pouco a brasa para a minha sardinha, mas, na verdade, as Forças Armadas têm que acompanhar essa evolução. Do contrário, há a possibilidade de se aumentar o risco. Nós devemos, portanto, aumentar as nossas capacidades proporcionalmente ao crescimento do Brasil. É essa a transformação que o Exército está procurando.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vamos a uma ferramenta de projeto. Eu sou do Escritório de Projetos do Exército. Eu tenho uma ferramenta, o 5W2H, que facilmente vai nos dar a ideia de como começamos a pensar em projeto estratégico.

O que vamos fazer? Proteger o Brasil. Por quê? Eu não preciso dizer, porque já foi dito muito bem e todos nós sabemos o que há de tão bom neste nosso País. Quando? Desde já ou mesmo antes. Onde? Em todo o País, em todo rincão, em toda a fronteira, no mar. Quem? As Forças Armadas. Como? O Exército entende que é por meio de projetos estratégicos.

O Almirante falou sobre custo, disse que custaria tanto. E eu digo: isso não tem preço. Relembro que estas são as missões do Exército: defender a Pátria, apoiar a política exterior, cumprir ações subsidiárias, garantir os poderes constitucionais. Não vou entrar em detalhes, porque eu tenho sempre a sorte de o Almirante detalhar para mim esses assuntos. O Exército, assim como a Marinha, também trata desses assuntos. Consideremos o nosso Brasil, a nossa costa, e veremos o tamanho da missão.

O Exército está em todo canto. Por isso eu disse que é fácil, para mim, a missão de vir falar sobre o Exército. Ele tem essa capilaridade incrível de 658 unidades e é conhecido por todo o mundo que está aqui.



Agora vamos falar dos meus projetos. São sete projetos estratégicos. O pessoal está me definindo como pai de sete filhos. Hoje, sabemos que é pesado. Mas são sete filhos. Estes são os meus projetos. Vou, então, dedicar-me a cada um deles em particular.

O Guarani. É um desenvolvimento tecnológico. Às vezes, temos a ideia de que o propósito é adquirir carro de combate. Não é, pessoal. Graças ao entendimento desta Comissão, do pessoal, uma emenda está sendo preparada nesse sentido. Verificou-se que o Guarani não representa a aquisição de um blindado, e sim o desenvolvimento de uma capacidade. O Guarani é um carro blindado cujo desenvolvimento de várias características tinha sido perdido na época da ENGESA. O Guarani vem substituir o Urutu e o Cascavel. Esses carros têm mais de 30 anos de idade.

Já foram adquiridas 102 viaturas e vão ser entregues. Antes disso, 14 vão ser entregues para a Argentina. A Argentina fez esse conjunto no início de novembro e se dedicou a comprar 14 carros, que já foram testados em exercício e foram aprovados. Isso vai trazer *royalties* para nós. O projeto é nosso. Poderá ter, no Guarani, canhão 30 milímetros, na torre, plataformas.

Observem, aqui eu começo a mostrar uma das grandes vantagens desse projeto e de todos os nossos projetos estratégicos: integração de indústrias nossas com indústrias estrangeiras, com transferência de tecnologia, nacionalização de investimentos.

Esta é a grande família do Guarani. Estamos nos primeiros carros de transporte de pessoal, uma plataforma que, depois, vai ser adaptada com as diversas estruturas.

O SISFRON é o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras. A exemplo do que faz o SISGAZ, nós fazemos o nosso sistema de fronteira na área terrestre. Composto de três subsistemas — sensoriamento, apoio à decisão e apoio à atuação —, o SISFRON consegue participar, contribuir, consegue integrar todas as agências em um trabalho de presença do Estado na fronteira.

Aqui, a gama de parceiros que fazem parte do nosso SISFRON. É importante essa integração, com o SISDABRA, o SISFRON. Esses parceiros possibilitam que façamos frente a vários tipos de ameaça.



Estamos no projeto piloto, em Dourados, na primeira fase. A segunda fase, em 2013. Ocorre em Dourados, Mato Grosso do Sul, em que está o General Oliveira, que é o Gerente do SISFRON.

O Proteger. O pré-sal representa uma promessa incrível, temos riquezas no mar de valor inestimável. O problema é que, depois que essas riquezas chegam a terra, o Exército tem que tomar conta delas. A ideia do Proteger é a proteção das estruturas terrestres estratégicas: as refinarias, as centrais hidrelétricas, toda essa temática do nosso mosaico no GSI. Ao longo de todo o País, são 664 estruturas estratégicas terrestres. O Proteger faz questão de enfrentar qualquer tipo de ameaça. Como? Prevenindo, antecipando-se, fazendo o emprego operacional, se for o caso.

Estas são as nossas estruturas terrestres: hidrelétricas, termoelétricas, usinas nucleares, portos. Quanto a isso, vamos contribuir com os subprojetos de proteção, aeromobilidade, que permite a presença, proteção da sociedade.

O que nós vamos conseguir apresentar como produto desse projeto? Vamos envolver trabalhos com VANTs, vamos intensificar a aviação, veículos, equipamentos. E vamos ter a cereja do bolo: o Centro de Coordenação Interagências.

Defesa antiaérea. Senhores, não espalhem, a nossa defesa antiaérea está com 40 anos de atraso. E nós temos que desenvolver, não vamos comprar, nós vamos desenvolver. De novo, volto aos projetos. Eles têm esta visão, a de desenvolver. E há também a orientação do Governo no sentido de aproveitarmos as nossas capacidades nacionais.

Em relação à defesa antiaérea, há aquisição de meios, mas modernização e desenvolvimento dos existentes. Este é um radar daqui. Este caminhão, que é um centro de controle, é daqui. É isso o que nós vamos fazer. Assinamos recentemente os projetos de desenvolvimento. Dessa maneira, vamos ter sistemas de defesa antiaérea integrados com a Marinha, com o Exército e com a Força Aérea, sob a coordenação do Ministério da Defesa.

O ASTROS. Recentemente tivemos a informação de que outras emendas vão beneficiar esse nosso projeto. Eu agradeço, de novo, a esta Casa o apoio. O ASTROS é o nosso grande artífice de dissuasão. Por quê? Porque nós estamos desenvolvendo — nós assinaremos amanhã, dia 29 — míssil com alcance de 300



quilômetros. Desenvolvimento de míssil de 300 quilômetros de alcance. Quanto àqueles foguetes que temos desde a década de 70, os foguetes da AVIBRAS, vamos aumentar a precisão, através de guiamento. A precisão será quatro vezes maior. Dissuasão, essa é a palavra do ASTROS.

Esta é uma foto nova. Muita gente do meu pessoal não a conhece. Já é a foto do míssil. Não é um sonho, ele já é real. Turbina, foguete. No futuro, aqui perto, em Formosa, vamos ter o Forte de Santa Bárbara, com dois grupos de lançamento. É o começo da nossa independência na defesa antiaérea.

Bem, não vou ler, porque senão será o grande desastre da tarde, mas, por favor, observem pelo menos os pontos azuis, e vejam que lá nos Estados Unidos eles identificaram uma grande ameaça, um *cyber attack*, um *cyber Pearl Harbor*, trazendo danos econômicos, e as nossas baixas, ataques às nossas estruturas. Isso aí seria concomitante com um ataque físico, paralisando, chocando a nação.

Eu acho que eles perceberam que nós já começamos o projeto de defesa cibernética. E aí, com esse projeto, eles já viram que têm também que começar a pensar nisso. Nós já estamos pensando nisso. A nossa defesa cibernética já foi testada na Rio+20, e, diferentemente de outras reuniões de grande porte internacionais, não houve nenhum sucesso do pessoal que tentou derrubar a nossa rede.

Quando nós estivermos totalmente integrados a essa atuação, nós vamos ter rádios e desenvolvimento de *software*. Nós temos a integração de todo o setor cibernético. E, para isso, como disse o Brigadeiro Machado, ao Exército coube a integração da área da cibernética.

Centro de Defesa Cibernética já funcionando; simulador já formando gente nos cursos de guerra cibernética; primeiro antivírus nacional, Defesa BR, nacional — participação na Rio+20 perfeita. Este aqui é o grande retrato da nossa capacidade. Este não é um projeto para daqui a 10 anos, é um projeto que já está funcionando. Temos que ampliá-lo, sim, mas ele já é real.

RECOP — Recuperação da Capacidade Operacional. Como diz o próprio mote, é renovar a nossa Força. Ele moderniza alguns produtos de defesa, desenvolve alguns. Nós temos uma capacidade nossa, nacional, que já está fazendo frente a necessidades nossas. Nós temos fuzil desenvolvido pela IMBEL. Nós temos rádio pela (*ininteligível*) IMBEL. Nós temos que melhorar, nós temos que fazer o



retrofit das nossas aeronaves. Aqui nós temos, ainda, o Urutu Cascavel sendo recuperado por empresas nossas. Ou seja, o RECOP também faz frente a essa faceta das nossas necessidades.

Aqui são alguns dos projetos: munição, manutenção de blindados, recuperação de aeronaves, material de saúde, adestramento. Esse é o nosso RECOP.

Aí, eu gostaria de mostrar aos senhores, rapidamente, uma ideia de valores. Os projetos todos custariam por volta de 60 bilhões, ao longo de 10, 12, 20 anos. Por isso, nós estamos sendo muito bem aquinhoados, com o apoio desta Casa. Nós temos algumas emendas que colaboram para que mantenhamos um ritmo e possamos apresentar um produto mais rápido.

Mas, além disso, por que é tão caro? Como eu disse, defesa não tem custo. Isso não tem preço. Mas, além disso, nós temos os benefícios.

Benefícios econômicos desses projetos. Emprego. É claro, de cara, nós vamos ter necessidade de contratar mão de obra. Empresas nacionais, porque os nossos projetos têm visão dual. O equipamento, o sistema tem que ser usado tanto no meio civil como no meio militar, porque, senão, ele é fadado a falir. Mão de obra de elevada capacitação. Apagão de capacitação... Isso é uma ferramenta contra isso. Divisas para o País, *royalties*, vendas dos nossos produtos também. Prevenção de prejuízo, quando nós fazemos uma defesa a nossas estruturas terrestres.

Benefícios para ciência e tecnologia. Transferência de tecnologia. Lógico, essa é uma das imposições. Nós tivemos agora a assinatura do contrato do SISFRON em que o índice de nacionalização foi de 76%. É essa uma imposição nossa e do próprio Governo. Absorção de tecnologias sensíveis que não estão à praça, não estão à venda. Temos que ser parceiros. Equipamentos e máquinas de emprego dual — ciência e tecnologia.

Benefícios sociais. Empregos, lógico. Segurança. Segurança é uma sensação. Eu o protejo, eu o defendo, mas é você que tem que se sentir seguro. Serviços essenciais. Voltamos a estruturas terrestres. Há necessidade de elas terem um plano, para uma necessidade.

Benefícios para a Defesa. Lógico, deixei-a por último por modéstia. Há um benefício para a Defesa, lógico. Tem que haver benefício para a Defesa também. Aumento da nossa capacidade operacional, como diz a Deputada Perpétua Almeida.



Perdoe-me citá-la aqui. Somos um país pacífico, mas não podemos nunca deixar de estar prontos. São palavras da senhora. Ampliação da prontidão e presteza do Exército. Quando eu digo Exército aqui, lógico, são todas as Forças. É importante que estejamos no mesmo nível. E melhora do nosso capital humano.

Enfim, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Generais, Srs. Oficiais, obrigado pela chance de falar dos projetos estratégicos. Espero que saiam daqui pelo menos curiosos. Se precisarem de qualquer informação a mais, estamos à disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Napoleão) - Agradecendo a abrangente palestra do General de Brigada Luiz Felipe Linhares Gomes, prosseguimos com o nosso seminário concedendo a palavra ao Brigadeiro do Ar Osmar Lootens Machado, Chefe da Sexta Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica, representando o Comandante da Força Aérea Brasileira. S.Exa. dispõe de 20 minutos para a sua exposição. (*Pausa.*)

O SR. OSMAR LOOTENS MACHADO - Boa tarde, Srs. Oficiais-Generais, Srs. Parlamentares e demais participantes deste seminário.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer, Deputada Perpétua Almeida, Deputado Hugo Napoleão, a oportunidade que nos foi concedida de tentar aproximar um pouco o Comando da Aeronáutica, a Força Aérea Brasileira da sociedade naquilo que se refere aos seus projetos estratégicos.

(*Segue-se exibição de imagens*)

O nosso objetivo hoje é fazer com que os senhores possam conhecer os principais projetos estratégicos da Força Aérea Brasileira. Vou seguir esse roteiro. Vou tecer comentário a respeito da Estratégia Nacional de Defesa, confrontando-a com o nosso PEMAER, o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica; passar, em seguida, para os projetos, divididos aqui em três setores, que falam de modernizações, de desenvolvimentos e aquisições; e fazer, após, uma breve conclusão.

O nosso PEMAER está em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa. A bem da verdade, ele nasceu um pouco antes da própria Estratégia Nacional de Defesa. Ele data do início de 2008. Os seus trabalhos começaram em 2007. Com o advento da Estratégia Nacional de Defesa, nós fizemos uma revisão no nosso Plano Estratégico e inserimos alguma coisa relacionada ao nosso Plano de



Articulação. Então, hoje ele tem um espaço temporal idêntico ao da Estratégia, vigorando de 2010 a 2031.

Em relação ao PEMAER, os nossos projetos têm como objetivos principais o aumento da capacidade operacional da FAB; a capacitação científico-tecnológica da Aeronáutica; e o fortalecimento da indústria aeroespacial e de defesa brasileira.

Na realidade, nós temos outros seis objetivos estratégicos, mas, para o tema de hoje, eu vou me concentrar nesses três objetivos principais.

Bem, tudo isso para que possamos atingir a missão da Força Aérea Brasileira, que é manter a soberania no espaço aéreo nacional com vistas à defesa da Pátria. Então, qualquer projeto hoje dentro da Força Aérea, fazendo-se a sua rastreabilidade, tem que chegar a esta missão principal: manter a nossa soberania no espaço aéreo.

Eu gostaria de fazer um breve comentário a respeito desse documento. Ele se chama *Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais da Aeronáutica*. Hoje, qualquer projeto inserido na Força Aérea Brasileira segue essa longa sequência de etapas. Ele nasce, na realidade, de uma necessidade operacional. Ela é identificada para atingir aquela missão principal de manter a soberania no espaço aéreo. E, fruto dessa identificação, nós descemos para requisitos operacionais e seguimos essas várias etapas até chegar à contratação. A bem da verdade, esse documento vai do nascimento do projeto até a retirada do serviço ativo daquele determinado projeto. Então, ele percorre todo o ciclo de vida do material.

Bem, em relação à modernização, nós elencamos aqui o Projeto F-5M. Esse projeto teve início no final dos anos 90 e início de 2000. Nós inicialmente fizemos a modernização de 46 aeronaves. Já recebemos 44, ainda faltam outras duas aeronaves. E temos ainda um segundo lote de 11 aeronaves adquiridas da Jordânia, que também vão entrar nesse processo de modernização.

O que foi abrangido nessa modernização? A aviônica da aeronave; o sistema de pontaria; a geração de oxigênio a bordo da aeronave; o radar — muito importante — e também a integração de alguns novos mísseis à aeronave. Ela foi conduzida aqui pela EMBRAER, tendo sido subcontratada a ELBIT.

Projeto A-1M, aeronave AMX, ítalo-brasileira, do final da década de 80. Nós adquirimos inicialmente três lotes dessa aeronave. A diferença de configurações, logisticamente, dificultou bastante o projeto. Então, nessa modernização nós



estamos trazendo todos esses lotes a uma única configuração, o que vai facilitar sobremaneira a sua manutenção, a sua logística. Atacamos aqui a aviônica da aeronave, o sistema de pontaria, um novo radar para a aeronave, o sistema de Helmet-Mounted Display — HMD. A primeira aeronave já voou este ano. Esperamos, já a partir do próximo ano, receber as primeiras aeronaves modernizadas. Estão previstas aqui 43 aeronaves para modernização. Como disse, a aviônica foi atacada — ela hoje já está compatível com o *night vision goggles*, óculos de visão noturna —, inseriram-se geração de oxigênio a bordo, um novo radar, um designador laser para emprego de armamento, algumas melhorias estruturais e sistemas de guerra eletrônica e de autodefesa, melhoria.

O importante, que hoje tem sido implementado nas nossas modernizações, que nós temos buscado, é a comunalidade dos aviônicos. Então, hoje nós temos o A-29, o F-5 e a aeronave A-1, AMX, com sistemas, com aviônicos muito próximos uns dos outros. Isso vai facilitar, vai baratear a nossa logística.

Projeto P-3, de patrulha marítima. Temos no nosso acervo já incorporadas quatro aeronaves P-3. Ainda faltam outras cinco, totalizando nove. É uma célula — não sei se os senhores chegaram a voar no Electra, mas é a mesma célula. A sua modernização foi realizada na Espanha, pela EADS. Hoje, nós temos também aqui um treinador que permite, antes mesmo do voo, preparar, simular toda a missão. Então, é uma aeronave para patrulha marítima. Ela faz guerra de submarino, já fez missão desse tipo na operação que está acontecendo no momento. O aviônico que está a bordo, os equipamentos de missão são estado da arte. O projeto, com certeza, no que se trata de patrulha marítima, vai colocar o Brasil na ponta no cenário sul-americano e, com certeza, vai contribuir e muito para a proteção do nosso pré-sal.

O importante é que hoje esses projetos, principalmente os de aquisição e os de modernização que são executados fora, sempre exigem algum tipo de compensação. No caso aqui houve, então, a compensação comercial, a Atech e a RRBR. A Atech participou da modernização do projeto na EADS e, com certeza, incorporou tecnologia, conhecimento a respeito do sistema de missão da aeronave.

Isto é como a aeronave ficou, o seu *cockpit*.

Em termos de desenvolvimento: aeronave A-29, caça leve. Hoje nós temos quatro unidades operando essa aeronave, uma de formação de pilotos de caça e



outras três com pilotos de caça já formados. Essas outras três unidades estão concentradas na nossa fronteira oeste, promovendo a defesa aeroespacial. Já recebemos 97 aeronaves. Ainda faltam outras duas. E essa aeronave futuramente vai ser incorporada à Esquadrilha da Fumaça.

O grande projeto do momento — há ali, onde eu estava sentado, uma maquete — é o KC-390. É o desenvolvimento de um cargueiro tático militar, da classe de 20 toneladas. Hoje o projeto é para desenvolvimento e aquisição de dois protótipos. Não se fala ainda em aquisição; estamos na fase de desenvolvimento. Período: de 2009 a 2016. A previsão de voo do primeiro protótipo é já para 2014. Está sendo levado à frente pela EMBRAER. A nossa expectativa, da Força Aérea Brasileira, é de inicialmente um lote de 28 aeronaves.

Bem, esse é um eslaide da EMBRAER sobre como ela identificou esse mercado. Ela foi à classe do C-130, identificou que o mundo tem uma frota de 2.800 aeronaves nessa categoria. Identificou que, acima de 25 anos, existiam 1.600 aeronaves em 91 países. Excluiu aqui os Estados Unidos, a Rússia e a Ucrânia, o que baixou o número para 1.008, e identificou um mercado de 695 aeronaves. E excluiu aqui o A-400 e o C-130 Juliet. Então, a EMBRAER estima um mercado de 300 aeronaves a serem exportadas. Isso num espaço temporal de 20 anos, o que nos renderia algo em torno de 22 bilhões de dólares. O importante é que, a partir de determinado número de unidades vendidas, essa aeronave vai render *royalties*.

É uma aeronave multimissão. Quando nós definimos os requisitos para essa aeronave, nós deixamos bem claro que nós queríamos uma aeronave que fosse do mesmo porte ou melhor do que o C-130, que nós operamos. Não justificaria desenvolver um projeto com uma aeronave com menor capacidade que o C-130 tem hoje. Então, isso está sendo feito, está sendo levado à frente, e ela realmente vai ser igual ou bem melhor que o C-130, em termos de capacidade. Ela é uma aeronave para multimissão, lançamento de cargas e tropa, podendo efetuar combate a incêndio, transporte militar, ajuda humanitária, ser configurada para busca e salvamento, e reabastecimento em voo, o que muito vai aumentar a nossa capacidade de dissuasão estratégica, porque nós poderemos levar os nossos vetores em maior quantidade e bem mais longe, os vetores de caça.

Aqui um exemplo de três configurações de transporte aéreo-logístico. Pode transportar 80 soldados ou 64 paraquedistas paramentados. Uma versão aqui de



evacuação aeromédica, 74 macas. É uma configuração de carga pura, transporte de carga, onde podemos incorporar sete *pallets*.

Intenções de compra até o momento, 54, esses países que estão participando. O primeiro voo em 2014, produção a partir de 2016. São os principais fornecedores de sistema para aeronave. Nós já podemos identificar algumas empresas brasileiras: AEL, Liebherr, ELEC. Acho que tem mais. Um detalhe de como vai ficar o *cockpit* da aeronave, um *head up display*, aviãoico de estado da arte. E aqui são as parceiras que nós estamos fazendo neste momento. Então, participam do projeto República Tcheca, Portugal e Argentina, fornecendo e desenvolvendo essas partes de acordo com as cores.

Bem, os impactos do programa, os benefícios que nós podemos auferir com o projeto KC-390: econômico, nós estamos aí com uma expectativa de 22 milhões de dólares em exportações, em 20 anos; social, já foi comentado, é a geração de empregos diretos e indiretos — hoje nós temos na faixa de mil engenheiros trabalhando nesse projeto, e a expectativa é que direta ou indiretamente nós venhamos a envolver em torno de 16 a 20 mil pessoas —; tecnológico; político e institucional, maior integração regional; e estratégico, uma projeção global que essa aeronave vai trazer, e hoje ela já faz parte do catálogo da OTAN.

Nós estamos aqui em 2012. A *preliminary design review*, a revisão da configuração preliminar, já foi feita. A próxima etapa é aqui em 2013, quando se congela a configuração da aeronave, e não se fala mais nisso, ou seja, dar liberdade à EMBRAER de produzir aquilo que foi combinado.

Outro dado importante nesse eslaide faz menção ao desembolso de recursos para o projeto. Aqui em 2012 nós teríamos que desembolsar 1 bilhão e 44 milhões. Começamos o ano com 744 milhões, mas vamos fechar o ano atingindo essa meta, fruto de um suplemento para atingir essa marca. É muito importante que os próximos planos de ação contemplem esses recursos. Então em 2013 eu tenho 1 bilhão 360 milhões, e os valores são vultosos até o final do projeto, o desenvolvimento do projeto.

Em termos de armamento, mísseis: em desenvolvimento pela Mectron, com acompanhamento da DCTA, nós temos o míssil antirradiação denominado MAR-1, um míssil destinado a neutralizar sistemas de defesa aérea, basicamente radar. É um artefato que segue a emissão de radar. Essa é uma tecnologia que ninguém dá,



ninguém oferece. Ela tem que ser desenvolvida aqui. Ninguém dá isso de graça. Exerce um poder dissuasório extremamente forte. A Força Aérea que detém isso aí o oponente vai pensar duas vezes em colocar em funcionamento os seus sistemas de defesa aérea, basicamente os seus radares. Mísseis também, o A-DARTER, em desenvolvimento com a África do Sul, em particular com a Denel. A expectativa é que em 2 anos já esteja no acervo da Força Aérea. É o míssil ar-ar, infravermelho, de quinta geração.

Há uma transferência de tecnologia. Aliás, esse projeto é eminentemente de transferência de tecnologia. Houve uma participação intensa por parte do Ministério da Ciência e Tecnologia no aporte de recursos e a participação aqui da Mectron, da AVIBRAS e da Opto-eletrônica, na África do Sul, no desenvolvimento desse projeto.

Em termos de aquisição, o Projeto H-XBR, implementado pelo Ministério da Defesa, Coordenação do Comando da Aeronáutica, tem como objeto a produção, a industrialização, o desenvolvimento e fornecimento, inicialmente na França. Ele é montado aqui e, depois, parte desse desenvolvimento e fornecimento é feito no Brasil, já com a participação de empresas nacionais fornecendo equipamentos para o H-XBR.

Cabe salientar que o H-XBR decorreu de uma decisão política do Governo Federal. Esse é um projeto que nós temos que olhar com certo carinho. Ele vai demandar, de forma semelhante ao KC-390, recursos vultosos nos próximos anos. Nós temos que estar atentos a isso.

Então, são 50 helicópteros, 16 para cada Força e 2 para a Força Aérea, que os recebe para atender à Presidência da República. Já foi contratado aqui um suporte logístico para 5 anos, logístico, e também a parte de motor. As contratadas são HELIBRAS, Eurocopter, Turbomeca do Brasil.

Aqui são algumas empresas envolvidas com o desenvolvimento do projeto, uma visão da linha de montagem lá em Itajubá. A planta de Itajubá, da HELIBRAS, teve que se adequar à chegada desse projeto H-XBR.

Projeto FX-2. Eu imagino que os senhores iriam esperar de mim alguma coisa a respeito desse projeto. Ele está nessa situação, aguardando decisão, está no nível presidencial. Nós, Força Aérea, estamos ansiosos para saber o resultado dessa concorrência. Adianto que qualquer projeto escolhido vai atender e muito bem a



Força Aérea Brasileira. Então, nós temos aqui, pela Boeing, o F-18, pela Dassault, o Rafale, pela Saab, o Gripen NG.

Aviação de reconhecimento. Fizemos a aquisição de duas aeronaves remotamente pilotadas, ou VANT, o Veículo Aéreo não Tripulado. Esse é o termo hoje utilizado, aeronave remotamente pilotada. A bem da verdade, essas duas aeronaves só serão efetivamente integradas à Força Aérea Brasileira a partir do ano que vem. Elas estão em teste, mas, já a partir de janeiro ou fevereiro, serão integradas definitivamente à Força Aérea. Inicialmente, são aeronaves de reconhecimento.

O que pretendemos com isso é dotar a Força Aérea com essa capacidade, para, num futuro não muito distante, vir a produzir o nosso próprio equipamento e, num futuro um pouco mais distante, produzir aeronaves remotamente pilotadas, com capacidade de combate.

Hermes 450. Já está hoje numa unidade aérea no sul do País.

Bem, senhores, para a minha conclusão — isso já foi falado exaustivamente nas apresentações —, volto a falar de um fluxo regular de recursos para fazer frente aos projetos da Força Aérea.

Nóstemos dificuldade quando esse orçamento não vem na intensidade ou na velocidade que pretendemos. Isso tem impactos operacionais; a Força Aérea Brasileira deixa de incorporar capacidades que possam fazer frente ao que existe no cenário sul-americano ou em outros; nós deixamos de capacitar os nossos pilotos com tecnologias mais modernas. Os efeitos sociais, como já foi falado, são: dispensa de empregados nas nossas indústrias de defesa; perda econômica (disso nem se fala); prejuízos políticos externos (quando a gente faz um contrato com outro país, é o Brasil que está se comprometendo com aquele país; quando a gente quebra ou atrasa um contrato, isso tem reflexo na política externa); e danos legais moratórios, que são as quebras de contrato efetivamente.

Senhores, estou terminando a minha apresentação. Só gostaria de mencionar esta citação do Marechal do Ar John Slessor, de 1954:

“É costume dos países democráticos censurar os gastos feitos com armamentos como conflitantes com as exigências do serviço social. Existe uma tendência a esquecer que o mais importante serviço social que um



governo pode prestar a seu povo é mantê-lo com vida e liberdade”.

Alguém já falou em liberdade aqui antes. É preciso um pouco de cautela quando a gente pega uma citação, ainda mais uma citação de 1954 — era outro cenário, era a Europa no início da Guerra Fria talvez —, mas parece que é bem adequada ao nosso momento. É algo da democracia questionarmos, mas temos que considerar que a defesa pode ser, sim, considerada um serviço social que o governo pode prestar ao seu país.

E assim termino minha apresentação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Napoleão) - A Mesa deseja agradecer ao Brigadeiro do Ar Osmar Lootens Machado a exposição.

A partir de agora, passaremos às indagações feitas pelo auditório, pelas que vieram através do sistema; finalmente, eu mesmo terei uma colocação a fazer.

Sugiro que os eventuais participantes, de preferência, indiquem a qual dos nossos brilhantes expositores é dirigida a pergunta. Também, se se sentirem confortáveis e se tiverem alguma coisa a aduzir, poderão os expositores absorver a pergunta, no todo ou em parte.

Declaro que está franqueada a palavra para o auditório. Há monitoramento do microfone.

Por gentileza, decline, para efeitos de gravação, nome e função.

O SR. DAILSON OLIVEIRA - Meu nome é Dailson, sou Diretor da Atech.

Não quero fazer uma pergunta, mas quero dar um testemunho.

Nós fomos citados como absorvedores de conhecimentos num projeto de P3. Foi uma experiência muito grande que nós vivemos na Espanha, em ADS, com 14 engenheiros de altíssimo padrão. Quando se vai absorver tecnologia, nós não podemos colocar qualquer engenheiro, temos que colocar a nata da nata, para ver se se tira o que pode e se chega aqui e ainda tem capacidade de evoluir o que aprendeu lá. E assim nós fizemos.

O que é esse projeto de *offset*? Esses engenheiros ficaram lá durante 4 anos aprendendo sistemas de missão. Quando eles retornaram ao Brasil, nós estávamos aptos para não só evoluir o sistema do PT-3 que está lá prestando serviços mas para desenvolver um sistema até melhor daquele que conseguimos aprender lá.



Esse passo, em termos de capacitação da indústria, é muito importante, e a Aeronáutica tem uma visão muito clara. Essa capacitação nos permitiu ter hoje seis técnicos na França absorvendo conhecimentos no projeto do submarino. Por quê? Nós nos capacitamos lá e agora nós já estamos também desenvolvendo trabalhos com os franceses — foi uma oportunidade dada pela Marinha — dentro de um projeto de *offset* também.

Este ano nós fomos contratados pela Cassidian, uma empresa alemã, para desenvolver o sistema de missão dos helicópteros da Marinha. Quer dizer, é um contrato que, hoje em dia, independe das Forças Armadas. A Cassidian poderia ter contratado qualquer empresa no mundo. Contratou quem? A Atech, porque nós nos capacitamos e nos foi dada essa oportunidade.

Então, é muito importante dar esse testemunho, é muito importante fazer com que a Mesa entenda isso e que as pessoas que trabalham com defesa tenham plena consciência do que é uma capacitação, do que é uma aquisição de conhecimento, do que é domínio de uma tecnologia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Napoleão) - Agradecemos a V.Sa. a participação.

Vamos ouvir ainda alguns participantes que desejam fazer suas indagações.

Por gentileza, decline seu nome e função para efeitos da gravação.

O SR. GRANJA - Boa tarde. Eu sou o Coronel Granja, do Exército.

A minha pergunta provavelmente é para a EMD ou para a Força Aérea, para o Brigadeiro Machado Vieira ou para o Brigadeiro Osmar.

Temos visto há 2, 3 anos aquela questão que afetou diretamente toda nossa população por ocasião do apagão aéreo. Naquela ocasião, foi divulgado na mídia que havia uma dificuldade e uma necessidade de revitalização do nosso sistema, do CINDACTA, o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.

Sabemos que esse sistema, já bastante antigo, tem prestado grandes serviços ao nosso sistema aéreo, uma vez que o Brasil tem uma grande demanda nessa área de tráfego aéreo e é um dos dez maiores tráfegos aéreos no mundo.

Minha pergunta é se existe algum projeto para revitalização do sistema, visto que ele, segundo a mídia, 3 anos atrás, apresentou essa necessidade de revitalização de radares e capacitação de pessoal. Isso é em relação ao CINDACTA;



o outro é o SISDABRA. Ambos são sistemas estratégicos que vão dar força, poder ao nosso sistema aéreo.

A outra pergunta é para o representante da Marinha em relação à operacionalidade do nosso navio-aeródromo, o São Paulo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Napoleão) - A pergunta foi dirigida aos Brigadeiros.

O Brigadeiro Machado deseja...

O SR. RICARDO MACHADO VIEIRA - Eu passo a palavra ao Brigadeiro Osmar, tendo em vista que ele representa a Aeronáutica, e eu, aqui, represento o Ministério da Defesa.

O SR. OSMAR LOOTENS MACHADO - Coronel Granja, boa tarde.

A bem da verdade, a Força Aérea Brasileira nunca deixou de fazer a modernização dos seus equipamentos de controle do nosso espaço aéreo. É um processo contínuo. Ele não para. Os equipamentos vão ficando obsoletos e nós vamos fazendo a revitalização. De tal forma que essa preocupação não existe, mesmo porque, por parte do Controle de Espaço Aéreo, os recursos, em grande parte, vêm das tarifas aeroportuárias. Então, a modernização do sistema é contínua.

Nós incrementamos sim a formação de controladores. Hoje, algo em torno de 400, 500 controladores são formados ao ano. Então, houve sim um incremento na formação de controladores. Esse incremento é fruto também do aumento do tráfego aéreo. Ano a ano, esse crescimento está na faixa de 10%. Estamos, sim, trabalhando. É um trabalho contínuo para fazer frente a essa alta e crescente demanda do tráfego aéreo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Napoleão) - Aliás, eu me permitiria, Brigadeiro, fazer um ligeiro comentário. O nosso sistema, o CINDACTA, é realmente impressionante — e também a coordenação civil e militar. Se os Estados Unidos tivessem tido o tipo de coordenação que nós temos, talvez não tivessem sofrido o Nine Eleven, porque houve uma imensa dificuldade de entrosamento dos sistemas, que aqui no Brasil se dá de maneira interligada e racional.

Era um comentário apenas.

Eu queria agradecer pela gentileza da faixa que enaltece os Parlamentares nessas questões de defesa. Estou vendo outra relativa ao projeto de lei dos taifeiros.



Quero lembrar, apenas à guisa de curiosidade, que tenho um amigo, o Almirante Afonso Barbosa, genro de um finado Deputado Federal do meu Estado, o Piauí, que hoje exerce as funções de Secretário Nacional de Esporte do Ministério do Esporte aqui em Brasília. Ele me disse que certa vez perguntou a um taifeiro: “*Que horas são?*” O taifeiro, com uma habilidade e uma gentileza muito engenhosas, disse: “*Bem, Almirante, a hora é V.Exa. que diz, mas, se quiser uma sugestão, são 5 e 10 da tarde.*” (Risos.)

Mais um cavalheiro deseja usar a palavra.

Por gentileza, nome e função.

O SR. EDUARDO SOUZA SILVA - Sou Eduardo Souza, Presidente da Comissão Nacional QESA Brasil.

Para o nosso representante da Força Aérea: “*Pensamos demasiadamente. Sentimos muito pouco. Necessitamos mais de humildade que de máquinas. Sem isso, a vida se tornará violenta e tudo se perderá.*”

Senhores, com esse pensamento e reflexão de Charles Chaplin, reequipar as Forças Armadas é de vital importância para a segurança nacional, mas temos que valorizar também o pessoal, o homem.

Existem quadros militares que ainda carecem de uma estrutura de carreiras. Apesar de ser citado pelo nosso nobre representante da Marinha que o pessoal é o nosso maior patrimônio, eu pergunto a V.Exas.: existe um grupo de trabalho estratégico e de valorização do pessoal para executar e operar a Defesa Nacional?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Napoleão) - A Mesa agradece.

Por gentileza, o Brigadeiro Osmar.

O SR. OSMAR LOOTENS MACHADO - Sr. Eduardo Souza, sim, o PEMAER abre espaço em algum momento para capacitação do nosso pessoal. Não sei exatamente qual ponto o senhor desejaria focar, mas há previsões no PEMAER: temos as nossas escolas; estamos aumentando as nossas escolas; estamos preocupados, sim, com a capacitação dos nossos homens para fazer frente à Força Aérea do futuro.

Eu não tenho mais nada a falar.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Napoleão) - A Mesa indaga se mais algum dos participantes quer se manifestar. *(Pausa.)*

Aparentemente, não havendo mais ninguém, eu vou, antes de encerrar esta fase de debates, fazer duas perguntas ao Brigadeiro Machado.

Vou fazê-las, Brigadeiro, de forma unida...

O SR. RICARDO MACHADO VIEIRA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Napoleão) - ...acrescentando também, depois que eu terminar aqui, uma observação para o Almirante Antonio Fernando Garcez Faria, um comentário que desejo fazer. Se V.Exa. achar que deve fazer em torno dele alguma consideração, fique à vontade para fazê-lo ou não.

Eu sou Presidente da Frente Parlamentar Super-Sub pela Construção Naval para a Defesa Nacional e teria uma observação final a fazer, ficando V.Exa. com toda liberdade, se julgar que deva ou não fazer alguma consideração. Quero apenas deixar os motivos de minha indagação para o Plenário.

Do Sargento Ferreira, da Reserva da FAB, para o Tenente-Brigadeiro Machado:

“Excelência, não sei se é pertinente, mas, tendo em vista que grande parte dos militares formados hoje em academias e escolas militares usam as Forças Armadas apenas como trampolim para cursar uma universidade e depois prestar concursos mais viáveis financeiramente, pergunto: qual é a estratégia para manter um militar nas Forças?”

Eu complemento com a pergunta, que veio pelo sistema, do Sr. Peterson F. da Silva, da Universidade de São Paulo — USP, dirigida também, entendo, ao Brigadeiro Ricardo Machado Vieira. A pergunta é a seguinte:

“Projetos complexos como a aeronave KC-390 e o míssil A-Darter envolvem vários órgãos governamentais (MD, MCT, MDIC), empresas, Forças Armadas e até parceiros internacionais. Como é do conhecimento de todos, o Orçamento da União é limitado face a todas as necessidades do País. Nesse sentido, como coordenar os diversos órgãos governamentais e empresas envolvidos



nesses complexos projetos de defesa, de forma a conseguir o maior aproveitamento possível dos recursos públicos do País?”

Eu acrescentaria, então, um pensamento e uma colocação para o Almirante Antonio Fernando Garcez. É apenas o seguinte: na sua exposição ficou patente que houve com o Governo britânico a aquisição de três navios-patrolha oceanográficos. Houve, por parte de alguns Parlamentares, manifestações com receio de que isso pudesse macular, vamos dizer, a transferência de tecnologia e de que isso estaria fugindo um pouco desse sentido e do plano original. Outro receio que esses Parlamentares manifestaram é que esse sistema, por exemplo, com a Grã-Bretanha, continuasse diversificando matrizes e desviando o curso natural de todo o plano, de toda a estratégia, de todo o Livro Branco.

Fica a critério de V.Exa. a consideração.

Passo a palavra, inicialmente, ao Brigadeiro Machado, para responder às duas perguntas que lhe foram dirigidas.

O SR. RICARDO MACHADO VIEIRA - Quanto à primeira pergunta, sobre as pessoas que entram nas Forças Armadas e não prosseguem na carreira, quero dizer que isso de fato acontece. Um pequeno percentual de militares entra para as Forças Armadas e depois não prossegue por vários motivos. Um dos motivos, sem dúvida, é o excelente preparo que damos aos nossos militares.

Então, sobre aquela pergunta que foi feita inicialmente, quanto ao preparo dos nossos militares, eu diria que as escolas militares têm alto grau de proficiência, haja vista os resultados que vemos em alguns exames, como o ENEM e outros.

Devido a esse preparo, respondendo àquela primeira pergunta e a essa outra, eu digo que esse é um dos motivos, sem dúvida, porquanto os nossos militares também se sentem em plenas condições de prestar os concursos e buscar outras carreiras que podem aparecer. Esse percentual existe, não é tão grande assim, mas depende muito daqueles militares que entram, iniciam essa carreira e depois descobrem que não têm tanta vocação para a vida militar.

É dessa maneira que eu responderia.

Quanto à pergunta com relação ao problema das várias empresas e agências que participam de projetos estratégicos, isso é verdade. Para o senhor, Deputado, e para todos os da plateia terem uma ideia, o Ministério da Defesa foi criado em 1999



e reestruturado há cerca de 2 anos, em 2010, por conta de algumas necessidades. Uma delas foi a criação da SEPROD, a Secretaria de Produtos de Defesa, para buscar incentivo e trazer essas indústrias, incentivar as indústrias da defesa. Então, é o que se faz hoje na Defesa em prol disso.

Também, por conta disso, nós temos uma participação cada vez maior em vários assuntos, em vários temas nacionais com as diversas agências. Então eu diria que esse é um fato concreto. Nós estamos bastante integrados. Hoje, a Defesa tem total preocupação e norteia exatamente os seus trabalhos voltados para a participação das indústrias e para a cooperação entre os diversos Ministérios, em vários projetos, como foi visto aqui, no caso do KC-390 e do próprio míssil A-Darter, com a África do Sul. Nós temos incentivos vários do Ministério da Ciência e Tecnologia e outras participações que são importantes para viabilizar todos esses projetos militares, projetos que, na verdade, não são apenas militares, muitos deles com utilização dual. Isso é importante a ser colocado.

Por conta disso, a nossa Secretaria de Produtos de Defesa tem que estar atenta àquelas indústrias. Nós temos uma lei recente que justamente traz esse incentivo voltado aos produtos voltados para a indústria de defesa.

Então, acho que pude atender, de certa maneira, à questão colocada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Napoleão) - Perfeitamente, Brigadeiro.

Eu gostaria até de aduzir que preocupações como essas foram as que moveram, naturalmente, a Sra. Presidente da República com relação à questão do AMAZUL, para proteger a Marinha do Brasil. Técnicos que poderiam evadir-se pelo mercado afora agora terão a garantia de manutenção dos seus afazeres para finalidade tão nobre a que se destina.

Eu indagaria se V.Exa. desejaria tecer algum comentário. *(Pausa.)*

Com V.Exa. a palavra, Almirante.

O SR. ANTONIO FERNANDO GARCEZ FARIA - Obrigado, Deputado Hugo Napoleão.

Isso é muito importante. Agradeço muito a sua pergunta, porque é uma oportunidade de explicarmos melhor as razões que levaram a essa aquisição. A primeira delas é que foi uma aquisição não apenas dos três navios. Junto com eles vieram o projeto e a autorização de fabricação desses navios no Brasil, na forma de parceria, similarmente ao que foi feito para os NaPas de 500 toneladas.



Por outro lado, em função das necessidades de patrulhamento mediatas do pré-sal e daquelas dificuldades oriundas da falta de investimento durante longo tempo, criou-se a lacuna de que a aquisição desses navios poderia — como está podendo, o navio está participando da Operação Atlântico — atender à necessidade rapidamente. Esse foi o ponto de vista político-estratégico.

Agora, do ponto de vista econômico, para o senhor ter uma ideia, para um NaPa de 500 toneladas construído no Brasil, gastam-se 80 milhões de reais. Esse NaPa tem 1.800 toneladas, quase quatro vezes o mesmo navio. Estima-se, então, que esse navio custará 320 milhões de reais. Só que esse navio é muito mais sofisticado que um NaPa de 500 toneladas. Ele opera com helicóptero, os sistemas dele são outros. Eu diria para o senhor que o preço de um navio desses estaria entre 400 milhões de reais e 500 milhões de reais.

Como esse navio estava no final de construção e sendo vendido para a Marinha do Suriname, que não pôde honrar os compromissos, o navio saiu para a Marinha do Brasil por 126 milhões de reais, ou seja, quase um quinto do preço. Inclusive, a parcela desse NaPa que está sendo adquirido agora consta de projeto legislativo que já foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento da Casa e está para a votação, possivelmente, para a semana que vem.

Então, talvez eu tenha conseguido colocar as várias razões do nível estratégico: a transferência de tecnologia assegurada pela transferência do direito de construção e o compromisso de, assim que se obtiverem os recursos para a fabricação nacional, uma empresa irá se associar à Bae Systems, que é a companhia inglesa detentora do projeto.

Quanto ao custo de oportunidade, conseguimos adquirir três ótimos navios prontos para operar a um custo, mesmo fabricado no Brasil, de um quinto do valor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Napoleão) - Muito obrigado pelos esclarecimentos de V.Exa.

Antes de devolver a palavra à Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para o encerramento do Seminário, farei algumas breves observações.

A primeira é que apreciei o conceito, a maneira como o Brigadeiro Machado Vieira transmitiu a questão da cibernética a cargo do Exército, a parte espacial da Aeronáutica e a parte nuclear da Marinha. Tudo foi transmitido de uma maneira



muito inteligível. Dessa maneira, o Brigadeiro Osmar também disse que fatos dessa natureza facilitam a compreensão da sociedade para os reais problemas das nossas Forças Armadas.

A segunda diz respeito a algo por que todos ansiamos, que é a definição, que sei que não é fácil, da localização da Segunda Esquadra. Ouvi dizer, e agora falo com a responsabilidade apenas de cidadão, que uma das alternativas seria a Baía de São Marcos, no Maranhão, e que o único e eventual problema seria a oscilação de marés. Essa é apenas uma observação. Todos nós nos preocupamos com a definição da localização.

Finalmente, digo que sempre comento — e repito — que o Brasil, para o nosso orgulho, é hoje a sexta economia mundial. Mas não será nunca a sexta potência, ou quinta, ou quarta, ou terceira, ou sétima, seja como for, se não tiver dois vetores. O primeiro deles refere-se aos fatores sociais. Nós temos, conquanto melhorado em alguns aspectos, ainda um IDH que deixa a desejar. A imprensa fala nisso todo dia. Sei do problema do analfabetismo, eu, que tive a ventura de ser Ministro da Educação deste País em determinada fase. Esse é o primeiro vetor.

O segundo é termos realmente Forças Armadas adequadas à continentalidade do território brasileiro. Quanto a isso, precisamos nos pegar, porque não basta realmente que tenhamos as estruturas. Precisamos estar preparados para nos defender em eventualidades. E seremos tão mais respeitados quanto mais desenvolvermos tecnologia e empregos utilizando esse importantíssimo e fundamental mister para a nacionalidade.

Gostaria, então, de agradecer a presença de todos.

Restituo a palavra à nossa Presidenta, Deputada Perpétua Almeida, para que faça uso dela, como bem lhe aprouver, e encerre o seminário.

Muito obrigado às senhoras e aos senhores.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Deputado Hugo Napoleão. O Deputado Hugo é um dos Deputados mais atuantes na Comissão de Relações Exteriores.

Quero muito agradecer a presença dos senhores.

Ontem, na nossa fala de abertura, nós dizíamos que, no início ano, quando traçamos o plano de ação de trabalho da nossa gestão na Comissão de Relações Exteriores, colocávamos dois eventos como de grande importância: um que se



referia à nossa relação exterior, que foi o seminário que fizemos aqui, neste mesmo local, sobre política externa brasileira; e outro que tratava da defesa, outra responsabilidade da Comissão, que é exatamente este Seminário.

O Seminário *Estratégias de Defesa Nacional* acontece exatamente 10 anos depois de outro debate que a Comissão de Relações Exteriores fez sobre esse tema neste plenário. Então, estava na hora mesmo de a Comissão de Relações Exteriores, numa parceria com o restante da Casa, atualizar o nosso pensamento acerca das relações exteriores do Brasil e da defesa nacional.

Nós compreendemos que existe hoje, considerando-se a sociedade brasileira, um momento muito propício para fazermos essa discussão. Mais e mais brasileiros estão querendo participar desse debate. Para nós foi muito importante ter contado aqui com a participação de empresas da área da defesa. Quando nós votamos nesta Casa as regras e o incentivo para a indústria nacional de defesa, foi porque compreendemos que essas indústrias precisam estar fortes e em condições de atender a essa demanda deste novo momento que o Brasil está vivendo na área da defesa.

Eu quero reafirmar os contatos que estamos fazendo com as instituições. E nós queremos ainda, a partir deste ano, fazer as primeiras reuniões que envolvem os Relatores Setoriais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, Parlamentares da Comissão de Relações Exteriores, representantes das empresas na área da defesa e mais uma representação do Executivo brasileiro, juntamente com aqueles que estão nas academias estudando e discutindo a área da defesa, para que possamos montar o grupo de trabalho que vai pensar alternativas necessárias para o financiamento dos projetos estratégicos dessa área.

Nós vimos, com as exposições aqui desde ontem, que o nosso projeto é ousado e necessário para o Brasil. Nação forte é nação soberana. Mas, para sermos uma nação soberana, nós precisamos colocar a área da defesa à altura do que o Brasil representa hoje para o restante do mundo. Mas, para isso, nós precisamos dos recursos necessários para dar encaminhamento a essa discussão. Levando em conta todas as exposições feitas aqui, chegamos a um ponto comum: nós temos hoje um problema de orçamento na Marinha, no Exército e na Aeronáutica. É preciso, então, de união da sociedade para que se busquem alternativas para esse financiamento da área da defesa.



Vamos encerrar o nosso vitorioso seminário, que teve ontem a participação de mais de 600 pessoas. Houve a conferência do Ministro da Defesa, o importante posicionamento do Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, a parceria com o IPEA, desde o início do nosso trabalho à frente da Comissão de Relações Exteriores. Nós fizemos uma parceria com o IPEA quanto aos eventos da Comissão, até porque tem uma experiência acumulada e estudos tanto na área das relações exteriores quanto na área da defesa.

Quero agradecer às assessorias e aos nossos interlocutores no Ministério da Defesa, na Marinha do Brasil, no Exército Brasileiro e na Força Aérea Brasileira; aos nossos palestrantes que aqui vieram, tanto do Brasil quanto do exterior; às empresas da área de defesa, em especial a AVIBRAS, que contribuiu para que este seminário realmente acontecesse; à Universidade de São Paulo (aqui estão vários estudantes da USP); à Universidade Federal Fluminense; aos Deputados que aqui coordenaram painéis: Vitor Paulo, Leonardo Gadelha, Claudio Cajado, Carlos Zarattini e Hugo Napoleão, que ainda está aqui conosco.

Gostaria de agradecer à Mesa Diretora da Casa, que apoiou o nosso evento, a nossa iniciativa, principalmente por intermédio dos gabinetes do Presidente Marco Maia e da Vice-Presidente Rose de Freitas.

Agradeço a todos os órgãos da nossa Casa, sobretudo o Departamento de Comissões, o Serviço de Cerimonial, a Secretaria de Comunicação Social, a Coordenação de Audiovisual. Nossos amigos do Som, que ficam do início ao final do nosso trabalho, muito obrigada. Agradeço também ao pessoal dos Serviços Gerais, da limpeza, à turma que serve o cafezinho, que fica até o último momento conosco.

Agradeço especialmente aos servidores da Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Eles são extremamente dedicados. A burocracia também toma conta da Casa no seu dia a dia. Para a realização de eventos como este, que considero de grande sucesso, são necessários muitos telefonemas, muita dedicação, muitas horas trabalhadas, sem horas extras. Anteontem e ontem, os funcionários não conseguiram sair da Casa antes das 22 horas, e, antes das 9 horas, já estavam na Comissão.

Eu costumo dizer que temos feito um bom trabalho na Comissão de Relações Exteriores porque a nossa tropa é boa, é de dedicação exclusiva.



Que possamos, com a unidade entre Forças Armadas, sociedade civil e Parlamento, construir a defesa de que o Brasil necessita!

Eu os convido para participarem do coquetel de encerramento do nosso seminário.

Muito obrigada. (*Palmas.*)